

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 014

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 13 DE MARÇO DE 2001

ANO XXVII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PTB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PSDB

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSL

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i>	<i>Algaci Tulio</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PMDB</i>	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Hermes Fonseca</i>
<i>PDT</i>	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i>	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i>	<i>Divanir Braz Palma</i>
<i>PL</i>	<i>Serafina Carrilho</i>
<i>PSB</i>	<i>Moysés Leônidas</i>

Representação Partidária

PFL - 10: Custódio da Silva - Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães; PTB - 10: Ademar Traiano - Algaci Tulio - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus (licenciado) - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 06: Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gaucho - Sérgio Spada; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PSL - 04: Antonio Carlos Belinati - Edno Guimarães - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PDT - 02: Eli Ghellere - Luiz Carlos Zuk; PL - 02: Antonio Baratter - Pastor Edson Praczyk (licenciado) - Serafina Carrilho; PSB - 02: Moysés Leônidas - Ricardo Maia; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PSC - 01: Miltinho Pupio.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 010ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
13 DE MARÇO DE 2001**

(terça-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Antonio Annibelli e Luiz Carlos Alborghetti.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Ângelo Vanhoni, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Custódio da Silva, Basílio Zanusso, Beraldin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Eli Ghellere, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Plauto Miró Guimarães, Renato Gaucho, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofício:

Of.039/2001

Curitiba, 12 de março de 2001.

Senhor Presidente.

Por intermédio deste solicito a possibilidade do fornecimento de duas passagens e duas estadias para o

Seminário - Telefonia, Regulação e seus impactos para o consumidor no Estado de São Paulo, onde fui convidado pelo IDEC - Instituto de Defesa do Consumidor, para proferir uma palestra, conforme ofício em anexo.

O meu acompanhante nesta viagem é o senhor Murilo Martins de Andrade, meu chefe de gabinete e assessor legislativo, que irá me auxiliar neste evento, já que a palestra é sobre legislação paranaense.

Informo que irei dia 27.03.2001, na parte da tarde, permanecer lá nas datas 27, 28 e 29, retornando no dia 29.03.2001 no período noturno.

Sem mais para o momento, agradeço antecipadamente e reitero protestos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 13.03.2001.

(a) ANTONIO CARLOS BARATTER

Requerimentos:

REQUERIMENTO N 397

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER regime de urgência para o Projeto de Lei nº 013/2001 que: Revoga a Lei nº 12.355, de 08 de dezembro de 1998, que trata da alienação da Copel, e dá outras providências.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõem os artigos 132 e 133 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 13.03.2001.

(a) NEREU MOURA

Apoioamento:

Irineu Colombo, Sérgio Spada, Edson Strapasson, Algaci Tulio, Hermes Fonseca, Luiz Carlos Zuk, Ângelo Vanhoni, Eli Ghellere, Luciana Rafagnin, Beraldin, Ademir Bier, Caíto Quintana, Antonio Anibelli, Waldyr Pugliesi e Orlando Pessuti.

REQUERIMENTO N 389

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições REQUER, após ouvido o douto Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei nº 592/99, de autoria do deputado Braz Palma, que obriga o Poder Executivo a instituir a obrigatoriedade de adaptação dos hotéis do Estado do Paraná, para atender necessidade dos deficientes físicos.

A aprovação do requerimento se faz necessária tendo em vista que já existe a Lei nº 11.818, de 29 de agosto de 1997, que cria o Programa de Eliminação de Barreiras Arquitetônicas e Ambientais ao Portador de Deficiência - "Cidade para Todos", que disciplina a matéria.

Sala das Sessões, em 13.03.2001.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

REQUERIMENTO Nº 414

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, conforme disposto no artigo 250, do Regimento Interno desta Casa, após ouvido o douto Plenário, arquivamento do Projeto de Lei nº 683/97, de autoria do ilustre deputado Joel Geraldo Coimbra.

Sala das Sessões, em 13.03.2001.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 406

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e com fundamento nos artigos 34 e 35 do Regimento Interno, REQUER à Mesa, após ouvido o douto Plenário, formação de Comissão Parlamentar Especial, composta por 7 (sete) membros, pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias, com a finalidade de estudar, em face da legislação específica vigente, e acompanhar todo o processo de privatização da Companhia Paranaense de Energia Elétrica, desde a avaliação do seu patrimônio, modelagem e subseqüentes etapas, até a ultimização do processo, visando assegurar a absoluta transparência, e a pronta e integral informação ao Poder Legislativo e à população em geral, quanto a real situação da empresa.

Sala das Sessões, em 13.03.2001.

(a) DURVAL AMARAL, ADEMAR TRAIANO, FERNANDO RIBAS CARLI, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, NELSON TURECK, MILTINHO PUPIO e ANTONIO BELINATI.

REQUERIMENTO Nº 388

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de profundo pesar pelo falecimento do cafeicultor José Ferroni.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 13.03.2001.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Na madrugada no último dia 28, aos 79 anos de idade, faleceu o cafeicultor José Ferroni, que deixou viúva dona Julieta Pierina Marconi Ferroni. Deixou ainda os filhos: Luiz Henrique (engenheiro agrônomo), duas filhas e netos.

Ferroni, considerado um dos principais produtores de café do País, dedicou sua vida ao plantio e ao aperfeiçoamento da cultura na região de Jacarezinho, no norte pioneiro.

Ele se instalou no município de Ribeirão do Pinhal (57 km a oeste de Jacarezinho) na década de 50 com a aquisição da Fazenda Santa Amélia. Com a compra da

fazenda, teve início a paixão pelo café. O produtor estimulava a pesquisa e sempre se dedicou ao cultivo da planta.

Ferroni, natural de Novo Horizonte (SP), integrou a Força Expedicionária Brasileira (FEB) na ocupação da Itália durante a Segunda Guerra Mundial. Ele foi condecorado por mérito e bravura.

Na década de 60 participou da fundação e foi o presidente do Sindicato Rural de Ribeirão do Pinhal.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto, no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos. Sua alma engrandecerá o Senhor, que olhará para a condição humana de Seu servo José Ferroni.

O tempo e a distância jamais poderão apagar do nosso coração a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

Será grande o céu e a paz sobre José Ferroni, e o seu descanso não terá fim, desde agora e para todo o sempre.

Deus nos ensinou a falar como alguém que aprende d'Ele, para que saibamos dar uma palavra de conforto à pessoa abatida. senhor, abençoei a família de José Ferroni para que continue num ambiente de paz e harmonia, construindo uma sociedade mais humana, mais justa e mais santa, sempre no caminho do amor e da justiça. É reta a palavra do senhor e tudo o que Ele faz merece fé. Deus ama o direito e a justiça, transborda em toda a Terra a Sua graça. Guardará Seu servo José sob a Sua constante proteção, para que renovado pelos sacramentos pascais, chegue à luz da ressurreição, alargando os horizontes de nosso coração, fazendo com que nossas preces se abram em todas as direções, para que possamos colher com fé e viver com amor os mistérios de que nos deu participar.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através deste Parlamentar, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Ferroni, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 393

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de pesar à família Tosin, pelo falecimento do senhor José Tosin, ocorrido no dia 09 de março do corrente ano.

Requer ainda que do presente se dê ciência à família da senhora Natália Ceccon Tosin, através de correspondência a ser encaminhada à rua Victor Tosin, nº 104, Centro, Colombo - Paraná, CEP 83.414-400.

Sala das Sessões, em 13.03.2001.

(a) EDSON STRAPASSON

REQUERIMENTO Nº 390

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Grupo Escoteiro São Luiz Gonzaga, pelo lançamento da Campanha de Auxílio às Vítimas dos Terremotos em El Salvador”.

Sala das Sessões, em 13.03.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Os escoteiros do Paraná, através do Grupo Escoteiro São Luiz Gonzaga, um dos mais antigos grupos em funcionamento da cidade, lançaram, durante a solenidade de posse da nova diretoria (06.03.2001) a Campanha de Auxílio às Vítimas de Terremotos em El Salvador.

O objetivo é auxiliar inicialmente 20 famílias da Província de San Vicente, pertencentes ao Grupo Escoteiro Tehuacan, com o envio de uma barraca estrutural (para até 8 pessoas), um kit de higiene e um kit de alimentos para cada uma das famílias.

A intenção da campanha é dar suporte básico e emergencial para estas 20 famílias por um período de seis meses, pois 80% das edificações locais foram atingidas por terremotos, num total de 13.643 e mais de 158 mil habitantes daquela província encontram-se literalmente na rua.

Mais uma vez o escotismo dá um exemplo de solidariedade, um exemplo de força através da união. Parabéns pela iniciativa. Receba o Grupo Escoteiro São Luiz Gonzaga, através de seu diretor-presidente, senhor Renato Eugênio de Lima (Grupo Escoteiro São Luiz Gonzaga - Rua Osório Duque Estrada, 560 - Jardim Social - Curitiba / PR) os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 391

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à nova diretoria da União dos Escoteiros do Brasil - UEB/PR.

Sala das Sessões, em 13.03.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Em data de 06 de março de 2001, na sede da União dos Escoteiros do Brasil - Região Paraná, tomou posse a nova diretoria da União dos Escoteiros do Brasil - Região do Paraná. Na ocasião foi empossada a nova diretoria da UEB/PR, senhora Diva Irene da Paz Vieira, substituindo o vereador Paulo Salamuni - escoteiro há mais de 25 anos. É a primeira vez que uma mulher assume o cargo de diretora-presidente da UEB/PR.

A diretoria, além da já citada presidente, compõem-se dos demais cargos:

- Dárcio Longhi - vice-presidente

- Celso Girardello - diretor administrativo

- Adir Barusso - diretor financeiro

- Dante Takashina - diretor de escotismo

- Mariovani Cervi e Ruy Guimarães - diretores de formação

- Elizabeth Blauth - diretora de programa

À toda nova diretoria eleita (UEB/PR - Rua Ermelino de Leão, 492 - São Francisco - Curitiba / PR), desejando sucesso na nova gestão que agora se inicia, recebam os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 407

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao município de Pato Bragado, alusivos a comemoração dos seus 8 anos de emancipação política, que ocorrerá no próximo dia 16 de março.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao prefeito municipal, senhor Luiz Grando e ao presidente da Câmara, senhor Holdi Romer, através de correspondência a ser encaminhada à Avenida Willy Barth, 31 - CEP 85948-000, município de Pato Bragado - Paraná.

Sala das Sessões, em 13.03.2001.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 408

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações a Associação dos Notários e Registradores do Brasil - Anoreg, Seção Paraná, alusivos a inauguração de suas novas instalações, que ocorrerá no próximo dia 14 de março.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao presidente senhor Rogério Bacellar, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Marechal Deodoro, 51 - 18º andar - CEP 80011-970 - Curitiba / Paraná.

Sala das Sessões, em 13.03.2001.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 409

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao Sindicato da Indústria da Construção Civil do Oeste do Paraná - Sinduscon, alusivos a inauguração de sua sede própria, que ocorrerá no próximo dia 23 de março.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao presidente, senhor Edenilso Rossi Arnaldi, através de corres-

pondência a ser encaminhada à Rua Souza Naves, 3065, CEP 85806-260, Cascavel - Paraná.

Sala das Sessões, em 13.03.2001.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 410

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações à Câmara de Dirigentes Lojistas de Cascavel - CDL, alusivos a posse da nova diretoria para o biênio 2001/2002, que ocorreu no último dia 8 de março.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao novo presidente, senhor Éderson Muffato, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Rio de Janeiro, 704 - CEP 85806-030, Cascavel - Paraná.

Sala das Sessões, em 13.03.2001.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 413

Senhor Presidente.

O deputado estadual, adiante firmado, usando de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após a anuência do Plenário, o encaminhamento dos cumprimentos deste Legislativo Estadual à direção e funcionários do jornal O Presente, de Marechal Cândido Rondon, em face do lançamento de sua edição diária.

A mudança para a impressão diária do já citado jornal foi um passo corajoso, e notadamente audacioso, que expressa-se numa posição inovadora para com a comunidade, pois, produzindo uma informação mais rápida e pontual, se insere na dinâmica propulsora da contemporaneidade.

A credibilidade conquistada ao passar de uma década, da edição semanal, provocou naturalmente no leitor e nos setores econômicos, a aspiração da edição diária do periódico, pois, o mesmo havia se ajustado e firmado como importante veículo de informação e não menos, como instrumento imediato para o fomento e a potencialização de negócios.

Caso aprovado o presente requerimento, é solicitado que seja dado ciência ao jornal O Presente, na pessoa de seu diretor-proprietário, Arno Kunzler, à Rua Sete de Setembro, 1233 - CEP 85960-000 - Marechal Cândido Rondon - PR.

Sala das Sessões, em 13.03.2001.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 404

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, de acordo com o regimento interno desta Casa de Leis e após ouvido o douto Plenário, seja concedida a liberação de verba para a representação desta Casa, no "1º Encontro da Rede Sul

Brasileira pela Vida - Plantas Medicinais", a realizar-se nos dias 28, 29, 30 e 31 de março/2001, na Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina (segue programação e convite anexo).

Sala das Sessões, em 13.03.2001.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 405

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja convidado a comparecer a esta Casa de Leis, o doutor Ingo Hubert, presidente da Copel e secretário de Estado da Fazenda, para prestar esclarecimento quanto ao processo de privatização da Copel - Companhia Paranaense de Energia Elétrica, facultando-se às Bancadas da Situação e da oposição indicar, um nome cada uma, para que aqui compareçam, em datas diversas, para abordar o mesmo tema.

Sala das Sessões, em 13.03.2001.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 412

Senhor Presidente.

O deputado Hermes Fonseca Filho, abaixo-assinado, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER a Vossa Excelência que seja encaminhado ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA/PR, solicitação desta Casa pedindo revisão dos valores das multas impostas pela autarquia a micros e pequenos proprietários rurais, que se dedicam à agricultura, principalmente àqueles que exploram a fruticultura.

Sala das Sessões, em 13.03.2001.

(a) HERMES FONSECA

JUSTIFICATIVA:

A agricultura do Paraná vem enfrentando nos últimos anos, intempéries que têm provocado sucessivas frustrações de safras.

Em particular, a fruticultura no ano 2000 foi duramente atingida pela geada, teve sua colheita concentrada no mês de janeiro (no caso da uva) e o preço aviltado.

Com isso, os produtores estão endividados e descapitalizados, tornando impagáveis as taxas cobradas pela autarquia que, acrescidas de multas e juros, chegam a valores em torno de 300 a 400 reais.

REQUERIMENTO Nº 392

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente à família Dinarte, com votos de profundo pesar pelo falecimento do senhor Pedro Dinarte, do município de São Jorge d'Oeste / PR.

Sala das Sessões, em 13.03.2001.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

O falecimento do senhor Pedro Dinarte deixou consternada a população de São Jorge d'Oeste. Há muitos anos residindo no município, pai exemplar, deixará em todos seus familiares, um sentimento de dor e saudade irreparável. A eles, deixa também como legado uma vida toda de bondade, lealdade e amizade.

O senhor Pedro Dinarte soube em vida cativar simpatias e respeito. As pessoas que conviveram com ele, principalmente sua família, que nesse momento ressentem-se tristemente da sua ausência, são testemunhas da grande pessoa que ele foi.

A Assembléia Legislativa do Paraná, na pessoa deste parlamentar, cumpre o doloroso dever de endereçar à família enlutada, votos de sentidas condolências, rogando a Deus que a todos conforte nesta hora de dor e sofrimento.

REQUERIMENTO Nº 396

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente, com caráter de urgência, ao Excelentíssimo senhor deputado Nelson Justus, secretário de Estado dos Transportes, conforme cópia da Proposição nº 002/2001, de autoria do vereador Lauro Pereira Galli, da Câmara Municipal de São Carlos do Ivaí.

Requer outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao vereador Lauro Pereira Galli, presidente da Câmara Municipal de São Carlos do Ivaí.

Sala das Sessões, em 13.03.2001.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A Proposição nº 002/2001, de autoria do vereador Lauro Pereira Galli, solicitando com urgência a operação tapa buracos do trecho da Rodovia PR-467 de Florai a São Carlos do Ivaí, e da Rodovia PR-559 de São Carlos do Ivaí até Paraíso do Norte, entendemos merecer especial atenção do senhor secretário do Estado dos Transportes em virtude do escoamento da safra agrícola, pois é muito intenso o tráfego de caminhões devido a Coopcana - Cooperativa Agrícola dos Produtores de Cana e Alcool, bem como da área industrial de cerâmica e tijolos.

A operação tapa buracos é uma necessidade premente, pois os prejuízos com reparos de caminhões e carretas são grandes, por esta razão aguardamos ansiosamente solução definitiva com a urgência que o assunto merece.

REQUERIMENTO Nº 403

Senhor Presidente.

O deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares, REQUER, após ouvido

o Plenário, envio de expediente ao secretário de Estado da Administração e da Previdência, Ricardo Augusto Smijtkink, solicitando o número de terminais telefônicos pertencentes a administração direta do Estado do Paraná, bem como, qual a operadora de telefonia que presta este serviço para o Estado do Paraná, o valor total, mês a mês, pago nos últimos três meses para esta operadora, pelos motivos apontados na justificativa em anexo a este requerimento.

Sala das Sessões, em 13.03.2001.

(a) ANTONIO BARATTER

JUSTIFICATIVA:

O Estado do Paraná é sem dúvida nenhuma um dos maiores clientes da concessionária Telepar Brasil Telecom que presta o serviço de telefonia fixa no Estado do Paraná.

Recentemente foi aprovada na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná e sancionado pelo governador Jaime Lerner, a Lei nº 13.051/2001, de minha autoria, que obriga as concessionárias de serviço público de telefonia fixa no Estado do Paraná, responsável pela emissão de fatura telefônica, discriminarem na fatura de cobrança, informações detalhadas referentes aos pulsos efetuados pelo consumidor.

O objetivo deste projeto foi tentar resolver um problema que incomoda todos os usuários de telefonia fixa no Estado do Paraná e no Brasil, que é saber quanto se está gastando com o telefone, pois atualmente a empresa Telepar Brasil Telecom argumenta que não possui condições técnicas para discriminar estes dados nas faturas telefônicas e por esta razão não irá cumprir a supra citada Lei.

No Paraná são mais de 2 milhões de usuários que utilizam o serviço de telefonia fixa. Os Procons e outros órgãos de defesa do cidadão informam que a campeã de reclamações são as concessionárias de telefonia, incluindo a Telepar Brasil Telecom, entretanto, esta empresa simplesmente ignora estes números e também os reclamantes.

Apresentamos na proposta que deu origem a Lei nº 13.051/2001, provas concretas de que a Telepar Brasil Telecom está lesando os seus direitos.

O professor de telecomunicações, Vagner Gonçalves Leitão, do Cefet - Curitiba, verificou em meados de 1999, valores elevados de pulsos na conta telefônica. A partir daí, como possuía duas linhas telefônicas, passou a utilizar uma delas exclusivamente para acesso à Internet de forma que pudesse contabilizar a contagem de pulsos de acordo com as Normas de Telecomunicações vigentes no país. Nos meses de outubro e novembro de 1999, o professor registrou todas as chamadas para os provedores de serviços contabilizando os tempos de início e fim de cada ligação telefônica. Ao receber as contas telefônicas dos respectivos meses, verificou que o valor de pulsos

faturado pela operadora era muito maior que o número que havia consumido.

Mês	Pulsos Consumidos	Pulsos Faturados	Valores em R\$ pagos a +
Outubro	114	296	17,42
Novembro	140	386	23,54

Os dados contabilizados foram colocados em uma planilha para fazer o cálculo de consumo, e esta planilha está disponível na internet para “download”, no endereço: www.netpar.com.br/vagnerg.

Com estes dados de pulsos consumidos e faturados, o professor Vagner efetuou um levantamento das contas telefônicas desde dezembro de 1997 até novembro de 1999. Com isto notou que a diferença de pulsos faturados de outubro de 1998 para novembro de 1998 era bastante significativa e a partir de novembro de 1998 os valores de pulsos faturados continuavam em patamares elevados. Fazendo a média mensal dos pulsos faturados entre dezembro de 1997 a outubro de 1998 resultou em um valor de 167 pulsos por mês e fazendo-se a média entre novembro de 1998 a novembro de 1999 resultou em um valor médio de consumo de 347 pulsos mensais. Atualmente, baseado nos dados acima. O professor Vagner está exigindo da Telepar um retorno de R\$270,00 pelos valores cobrados a mais.

Este é só um exemplo frente a uma infinidade de outros casos concretos que deram origem a reclamação não resolvidas perante a Telepar Brasil Telecom.

Na iniciativa privada o cliente pode escolher a empresa que melhor lhe convém, seja pelo preço, pela qualidade do produto, ou pelo atendimento. No caso da telefonia, não é diferente, o consumidor também pode optar entre duas empresas, a Telepar Brasil Telecom e a GVT, que aliás fornece a fatura detalhada, conforme prevê a Lei 13.051, mediante o pagamento de R\$1,99 (um real e noventa e nove centavos), mas que não poderá mais cobrar em virtude da Lei estabelecer a não cobrança deste serviço.

O que queremos demonstrar é que a Telepar Brasil Telecom pode também estar lesando o Estado do Paraná na cobrança de faturas telefônicas maiores do que as realmente consumidas, como faz com os milhares de usuários existentes no Estado.

Para tanto, na condição de deputado, somos responsável pela fiscalização do Poder Executivo e se o Estado do Paraná está sendo lesado pela Telepar Brasil Telecom, precisamos encontrar mecanismos para estacar esta sangria dos cofres públicos. E se necessário for, o Estado do Paraná poderá contratar serviços com a outra operadora de telefonia fixa e assim saber qual das duas

oferece um serviço de melhor qualidade e por um menor preço.

Diante do exposto, solicito o voto favorável dos nobres pares.

Projetos de Lei:

PRPOJETO DE LEI Nº 47/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado o governo do estado do Paraná a proceder os levantamentos dos valores do salário-Educação, referente a quota a que têm direito os municípios, de acordo com o artigo 2º da Lei Federal nº 9.766/98, de janeiro de 1.999 até o mês anterior ao do início da vigência da lei estadual que regulamenta o referido repasse.

Art. 2º - Feitos os respectivos levantamentos, fica autorizado o governo do Estado a repassar os mesmos, aos municípios, parceladamente, num prazo máximo de um ano, na proporção 1/12 do montante devido, a contar da vigência desta Lei.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.03.2001.

(a) EDSON STRAPASSON

JUSTIFICATIVA:

Os municípios paranaenses estão custeando há muitos anos o transporte escolar de alunos matriculados em estabelecimentos da Rede Estadual de Ensino, sem auxílio do governo do Estado.

A Lei Federal nº 9.766/98, estabelece que a quota estadual corresponde a dois terços do montante dos recursos, será redistribuída entre o Estado e os respectivos municípios, conforme critérios estabelecidos em lei estadual, exigindo-se o mínimo de cinquenta por cento da referida quota.

Portanto, o Estado do Paraná recebeu os respectivos recursos do Salário-Educação e não os repassou aos municípios, motivo pelo qual se apresenta o presente Projeto, com o intuito de ressarcir aos mesmos, retroativamente a janeiro de 1.999, pelo direito adquirido que se lhe constituiu pela Lei Federal supra citada.

Pelo montante que o Paraná deve repassar retroativamente aos municípios, o projeto prevê um parcelamento em no máximo um ano a contar da vigência desta Lei.

Diante do exposto, contando com o indispensável apoio dos nobres Pares para aprovação desta importante contribuição aos municípios, renovo meu protesto de elevada estima e distinta consideração.

PROJETO DE LEI Nº 48/2001
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Federação Paranaense de Rodeio, com sede no município de Curitiba.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.03.2001.

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

Aos nove dias do mês de fevereiro de dois mil, às vinte horas e trinta minutos, na Câmara de Vereadores de Colorado, Estado do Paraná, foi fundada a Federação Paranaense de Rodeio, por profissionais de rodeio das cidades de Borrazópolis, Paranacity, Maringá, Paranaipoema, Ângulo, Quatro Barras, Nova Esperança, Santo Inácio, Curitiba, Primeiro de Maio, Flórida, Colorado, Santa Inês e Paranaíba, representantes de municípios distribuídos por todo o Estado do Paraná.

Por ser uma instituição democrática, que prima pela participação de todos, a primeira ação da Federação foi a constituição de suas regionais, através de visitas e reuniões em todo o Estado.

Em seguida outro desafio para a Federação, foi a aprovação da lei que oficializaria o rodeio como esporte no Estado. Em 28 de julho de 2000, a Assembléia Legislativa do Paraná aprovou e o governador do Estado sancionou a Lei Estadual 12.903, reconhecendo a Federação como órgão regulamentador e oficializando o rodeio como esporte em todo o Estado do Paraná.

Após a publicação da Lei 12.903, no Diário Oficial em 15 de agosto de 2000, a Federação Paranaense de Rodeio deu início a conscientização das novas normas, informando suas atividades de regulamentação do esporte e começou a formação das comissões desportivas.

Em outubro de 2000, foi realizado um Congresso Técnico na cidade de Maringá, onde após a discussão e concordância de todos os setores envolvidos no esporte, foram formadas as comissões técnicas e elaboradas as normas, as regras e outros assuntos de interesse da associados da Federação, criando assim o Regimento Interno.

Mas o trabalho estava apenas começando. Até o final de 2000, a Federação percorreu o Paraná inteiro reunindo comissões de festas, tropeiros, atletas, juizes, veterinários e empresários, informando das mudanças na realização de rodeios no Estado e descrevendo as funções e ações da Federação.

A partir de janeiro de 2001, a Federação passou a exigir o cumprimento da Lei 12.903 e do regulamento do esporte rodeio no Estado do Paraná.

Através de suas 20 regionais, com autonomia administrativa e operacional, formadas pelos 399 municípios do Estado, a Federação começou a fiscalizar a reali-

zação de rodeios do Paraná, na defesa dos interesses de seus associados.

Várias intervenções, embargos e regularizações foram feitos, sempre com o intuito de solucionar o problema, quando existente, de forma harmoniosa e justa.

Hoje a Federação Paranaense de Rodeio já conta com 1100 federados, entre atletas, juizes, auxiliares de pista, salva-vidas, tropeiros, clubes de rodeios e comissões de festa. A expectativa é que até maio esses números sejam de 4.000 federados.

Neste ano a Federação esperar superar os números obtidos pelo setor no ano passado, onde cerca de 6.000.000 de pessoas passaram por aproximadamente 440 rodeios e movimentaram mais de R\$50.000.000,00.

Enfim, o rodeio já está entre nós, fazendo parte de nossas vidas e da cultura popular paranaense, razão que entendemos por oportuno, em solicitar o apoio e aprovação dos nobres Pares desta Casa.

PROJETO DE LEI Nº 49/2001
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 8º - As Usinas de Alcool e Açúcar, contribuirão para o Funcor, com equivalentes a 20% (vinte por cento) do Fator de Conversão e Atualização Monetária (FCA), por tonelada de cana-de-açúcar transportada, para a construção, manutenção, recuperação e o melhoramento de rodovias estaduais.

Art. 9º - O pagamento da contribuição a que se refere o artigo deve ser realizado em Agências Fazendárias ou Postos Fiscais, no ato de saída do produto das áreas de plantio.

Art. 10 - As Concessionárias que exploram as rodovias no Estado do Paraná, através da cobrança de pedágio, contribuirão com 1,2% (um vírgula dois por cento) de sua receita bruta mensal para o Funcor.

Sala das Sessões, em 13.03.2001.

(aa) IRINEU COLOMBO

HERMES FONSECA

JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei em epígrafe, visa acrescentar ao Funcor (Fundo de Conservação Rodoviária do Estado do Paraná), uma nova receita, taxando as Usinas de cana-de-açúcar e as Concessionárias das Rodovias do Estado do Paraná.

A taxação destes dois setores se justifica, primeiramente, pelo fato de o transporte da cana-de-açúcar do campo até às usinas para a produção do álcool ou açúcar, danifica imensamente as rodovias do Estado do Paraná, uma vez que transportam com muita frequência altas toneladas em veículos lentos. Desta forma, nada mais justo e razoável que aqueles que mais estragam as rodovias contribuam em maior quantia para conservá-las.

No que tange à taxação das Concessionárias que exploram as rodovias no Estado do Paraná, através da cobrança de pedágio, se faz necessário para que possa haver melhor distribuição dos recursos oriundos do pedágio, sendo parte dele investido na conservação das demais rodovias do Estado.

PROJETO DE LEI Nº 50/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Ao artigo 2º, da Lei 13.032 de 29 de dezembro de 2000, fica acrescido os seguintes incisos:

Art. 2º - ...

I - ...

XVII - Representantes dos usuários das rodovias indicados pela Coordenadoria de Proteção e Defesa do Consumidor, ou seu sucedâneo.

XVIII - Representante da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná (Fetaep).

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.03.2001.

(aa) IRINEU COLOMBO

HERMES FONSECA FILHO

JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei em tela, objetiva assegurar no Conselho do Funcor (Fundo de Conservação Rodoviária do Estado do Paraná) a presença e participação dos Usuários das Rodovias, através de entidade que efetivamente represente seus interesses, e também, assegurar a presença e participação dos Trabalhadores na Agricultura, através da Fetaep.

A presença destes organismos no Conselho do Funcor é de fundamental importância, pois tratam-se de setores sociais importantes e que não podem ficar alijados do processo de gestão do fundo.

PROJETO DE LEI Nº 51/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica instituído o Contrato de Conservação de Rodovias Estaduais por Níveis de Serviço (Crens) no Estado do Paraná, que reger-se-á por esta lei.

Art. 2º - O Crens tem por objetivo manter permanentemente as estradas em condições legais de tráfego, mediante pagamento fixo mensal.

Parágrafo Único - As empresas participarão do Crens mediante certame licitatório e deverão prestar, no trecho sob sua responsabilidade, os seguintes níveis de serviços e obras:

I - reabilitação da malha viária inicial;

II - manutenção e conservação do pavimento;

III - renovação da sinalização horizontal e vertical;

IV - manutenção e recuperação das obras de arte especiais, acessos, travessias, marginais e interseções;

V - apoio logístico as ações de policiamento rodoviário e serviços de emergência.

Art. 3º - O governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e do Departamento de Estradas de Rodagem (DER), deverá fiscalizar a qualidade dos serviços prestados e das obras efetuadas pelas empresas contratadas.

Parágrafo Único - Para a eficiência e eficácia das ações de fiscalização, o DER criará mecanismos de denúncia disponível, permanentemente aos usuários que, incluirão, entre outras, caderno de registro em locais próprios e serviço de atendimento por telefone.

Art. 4º - As cláusulas essenciais do Crens são:

I - área da malha viária e o prazo de validade do contrato, sendo de cinco anos, no mínimo, e de oito anos, no máximo, sua vigência contratual;

II - condições de prestação de serviços e obras de conservação, sendo de um (01) ano o prazo para a realização das obras iniciais de reabilitação da malha viária;

III - preestabelecimento de resultados a alcançar, ações e estímulos para que a rodovia esteja sempre melhor que as condições preestabelecidas.

IV - critério para efetuar desconto no pagamento, caso a empresa contratada não assegure com eficiência os serviços e obras na malha viária sob sua responsabilidade.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.03.2001.

(aa) IRINEU COLOMBO

HERMES FONSECA

JUSTIFICATIVA:

Este projeto de lei visa garantir a conservação das rodovias estaduais com maior qualidade e menor custo, através de uma nova forma de gestão firmada entre o Governo do Estado e empresas da iniciativa privada. Por gestão entende-se a determinação e a disposição, a médio e longo prazo, de ações que devem efetuar-se com a finalidade de alcançar os resultados previamente estabelecidos entre as partes, no caso em questão, a manutenção e conservação das estradas em condições permanentes de tráfego.

Em outros países existem experiências similares. Nos Estados Unidos e Nova Zelândia constatou-se uma redução de 15% no custo dos serviços e obras de conservação de rodovias em comparação com os contratos tradicionalmente feitos com as empresas, os quais acabam estimulando a falta de cuidados com a malha viária, pois, quanto mais buracos, mais ganhos para as empresas encarregadas do serviço.

Portanto, solicito o apoio dos deputados para a aprovação deste projeto, a fim de estabelecer um mecanismo eficiente de manutenção e conservação da malha viária estadual.

PROJETO DE LEI Nº 52/2001

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a incluir a disciplina de Legislação de Trânsito na grade escolar da oitava série do primeiro grau da rede pública de ensino e dá outras providências.

Art. 2º - Dispensa a prestação de exame de Legislação de Trânsito o aluno aprovado por estabelecimento de ensino público por ocasião da prestação de exames para habilitação de motorista junto ao Departamento Estadual de Trânsito.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.03.2001.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

O baixo poder aquisitivo da grande maioria da população, notadamente na faixa etária pós escola, quando os jovens ainda se debatem em busca de emprego, dificulta o pagamento das taxas estipuladas pelo Detran/Denatram, para prestação de exames necessários à habilitação do motorista profissional.

O presente Plano de Lei tem por objetivo facilitar o acesso ao documento oficial do motorista, diminuindo o custo das taxas, sem contudo, afetar o grau de conhecimento ou de aptidão do candidato.

PROJETO DE LEI Nº 53/2001

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art.1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Centro de Apoio Social, com sede e foro no município de Curitiba - Paraná.

Art.2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.03.2001

(a) EDSON STRAPASSON

JUSTIFICATIVA:

O Centro de Apoio Social (CAS), foi criado no dia 21 de junho de 1991, sendo uma Sociedade Civil Privado, sem fins lucrativos, de duração indeterminada de caráter assistencial, educacional, cultural, esportivo e de pesquisa, com sede à rua Dom João VI, 299 - CEP 82900-150 - bairro Cajuru - Curitiba - Paraná.

O Estatuto Social do Centro de Apoio Social - CAS está registrado sob o nº 6230 do livro A-4 no Regis-

tro Civil de Pessoas Jurídicas 2º Ofício, em 14 de agosto de 1991, sendo a entidade cadastrada no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ sob nº 40.287.948/0001-94.

O Centro de Apoio Social - CAS, tem por finalidade:

- Instituir e manter estabelecimentos de ensino de educação infantil de 1º e 2º graus, supletivo e cursos profissionalizantes e universitários;

- Instituir e desenvolver programas de proteção à família, a maternidade, infância, a adolescentes, aos portadores de deficiências, a velhice, aos toxicômanos, entre outros;

- Organizar e desenvolver todos e quaisquer programas, de projetos e serviços ligados as áreas de atuação, visando a consecução de seus objetivos, inclusive fazendo uso de todos os veículos de comunicação;

- Cooperar com órgãos públicos e privados no desenvolvimento de programas de interesse comunitário, para tanto celebrando convênios, acordos e inclusive com pessoas físicas, jurídicas do Brasil e do exterior para consecução de suas finalidades;

- Afim de cumprir suas finalidades o "CAS" organizará tantas unidades de prestação de serviços quantas se fizerem necessárias, inclusive departamentos, assessorias, coordenadorias e comissões.

Atualmente a Escola Maria Fumaça, mantida pelo CAS desenvolve o Projeto Renascer, atendendo aproximadamente 160 (cento e sessenta) crianças de 0 (zero) a 6 (seis) anos, de famílias carentes da região, sede da entidade.

Devido as inúmeras dificuldades enfrentadas pelo CAS, sua diretoria e colaboradores estão solicitando a declaração de Entidade de Utilidade Pública, para facilitar as atividades da mesma, inclusive a viabilização de recursos e apoio da comunidade empresarial, bem como de órgãos públicos.

Diante do exposto, segue documentação exigida para a respectiva declaração, e esperamos contar com o apoio e aprovação do presente Projeto de Lei.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao deputado Irineu Colombo.

O SR. IRINEU COLOMBO

Senhor presidente, Hermas Brandão, senhores deputados. Eu e o deputado Hermas Fonseca estamos apresentando hoje a esta Casa três projetos de lei que compõem um pacote de propostas ao Estado do Paraná, que nós chamamos pacote de mais e melhores estradas sem pedágio. É uma iniciativa propositiva de quem, ou daqueles deputados que têm uma visão diferente do ponto de vista administrativo para o Estado. Completamente diferente da forma atrapalhada, mas gerenciada, privatista a toque de caixa, que vem sendo cometido pelo atual governador Jaime Lerner.

O primeiro projeto trata de colocar, acrescentar recurso ao fundo rodoviário que já foi objeto de discussão nesta Casa. Eu fui contra a forma como o projeto foi colocado. Apresentamos emendas, contudo como a iniciativa primeira era, nós aprovamos, demos o nosso voto favorável ao projeto encabeçado pelo deputado Geraldo Cartário.

Mas o exemplo vem do nosso governo, do Partido dos Trabalhadores do Mato Grosso do Sul que tem lá o Fundersul, que é um fundo hoje reconhecido hoje internacionalmente como a alternativa para o acerto da malha rodoviária sem pedaggiar, sem privatizar, com baixíssimo custo, atendendo à demanda popular, e além do mais, aqueles que mais usam a rodovia, ou ainda, aqueles que mais estragam a rodovia, pagam mais. Esse é o princípio, aqueles que causam maior dano à rodovia vão pagar mais. Não é a mesma coisa que o pedágio em que todos, mesmo que estraguem pouco ou muito estão obrigados a pagar.

Nós estamos colocando como acréscimo de renda a esse fundo o pagamento do setor sucroalcooleiro, os puxadores de cana, as usinas do Paraná, nós temos inúmeros usineiros, são pelo menos vinte usinas no Paraná, grandes usinas que realmente estragam demais as estradas e para elas pouco têm contribuído. Vamos pedir uma contribuição, não é um imposto, é uma contribuição, na medida em que eles contribuírem para o fundo rodoviário terão uma dilação de prazo e isenção no ICMS, uma troca; na medida em que contribuírem terão os benefícios, por outro lado da lei, mas estarão, evidentemente, sob uma fiscalização mais intensa. Outros setores poderão vir a contribuir, basta que o Estado promova um estudo, que o Estado do Paraná coloque os seus técnicos a campo para ver quais os setores que têm capacidade contributiva e ainda podem ser colocados e incorporados processos de contribuição a esse ponto.

O segundo projeto de lei trata do chamada pacote de níveis de serviço. Uma rodovia, como nós temos hoje, o governo só pensa que tem uma alternativa, que é privatizá-la para advir recursos. Nós estamos propondo uma outra alternativa, são os chamados níveis de serviço.

O projeto que estamos apresentando à Casa chama-se contrato de conservação de rodovias estaduais por níveis de serviços. O que é nível de serviço? Uma rodovia menos usada poderá contratar um nível de serviço primário, apenas reabilitação da malha, porque ali não comporta outros serviços, não é necessário numa relação custo-benefício.

O nível 2 seria manutenção e conservação do pavimento, o segundo nível de serviço poderia ser contratado para outros tipos de malha rodoviária, numa outra situação, numa outra região, e assim por diante.

Nós temos, no nosso projeto, cinco níveis de serviço, que devem ser licitados, pelo governo do Estado e a empresa não vai fazer só o tapaburaco e esperar um novo

aparecer, para ganhar dinheiro do Estado. Porque é isso que acontece, nosso líder, Waldyr Pugliesi, que as empresas, quando fazem um tapa-buraco fazem um tapa-buraco, digamos, sem o cuidado necessário, sem o aprimoramento técnico, porque querem que aquele buraco volte, porque será novamente contratada, para fazer o tapa-buraco.

O que estamos propondo é a contratação de uma empresa, mediante contratação, que vai fazer a conservação da rodovia, de acordo com o nível contratado, se ela for contratada pelo nível 1 que é o básico ou o nível 5 aonde vai oferecer, inclusive, serviços de socorros emergenciais, vai ter que prestar o serviço. Se tiver o buraco vai ser multada a empresa, se tiver a placa caída, vai ser multada.

Para isso, o nosso projeto prevê que o cidadão, quando vai passando por uma estrada que tem o nível de serviço que inclui, por exemplo, sinalização vertical em excelentes condições, ele vê uma placa caída, ele vai ser testemunha do Estado, para impor a multa ou não-pagamento àquela empresa contratada para o trecho. Com isso nós diminuimos, inclusive, custos de fiscalização.

Este é um projeto genuíno? Não. É originário da nossa cabeça? Não. Eu e o deputado Hermes Fonseca pegamos aí várias contribuições que apareceram aqui, na época que estávamos discutindo o Fundo Rodoviário, buscamos a revista da Associação Internacional de Conservação de Rodovias, que é um órgão ligado à ONU, que estuda a questão rodoviária mundial. Ele é um projeto que começou na Nova Zelândia, está sendo implementado, com sucesso no Chile, no Uruguai, em vários países. Parece que o Estado de Minas Gerais, segundo informações que não estão confirmadas, também está implementando este tipo de projeto: - contratação de serviços rodoviários, de conservação rodoviária por níveis de serviço.

É um pacote de idéias que estamos apresentando a esta Casa, de recursos financeiros, uma formatação nova na prestação de conservação de rodovias, porque, diga-se de passagem, a coisa está lastimável! O governador Jaime Lerner pegou os principais trechos do Paraná, concedeu para a iniciativa privada, quebrou o contrato, porque na véspera da eleição baixou em 50% o valor da tarifa, a quebra de contrato desobrigou as empresas a cumprirem fielmente, as cláusulas contratuais. As empresas não estão cumprindo com a tarefa e os demais trechos rodoviários, de Medianeira, São Miguel do Iguaçu, do Noroeste do Estado estão abandonados, o governo não tem dinheiro novo para a questão rodoviária, o governo tem um carimbo que é o Funcor, que apenas carimba o dinheiro que entraria na receita do Estado geral; estamos criando dinheiro novo e também a forma de gastá-lo para propor aos setores, as rodovias abandonadas, algumas delas até construídas por este governo, parte dela construída pelo governo, completamente abandonadas.

Concedo o aparte ao deputado Eli Ghellere.

O Sr. Eli Ghellere

Quero contribuir com a exposição do deputado Colombo.

Nós tivemos na semana passada, deputado, em São Miguel do Iguaçu, uma reunião com a empresa Rodovias das Cataratas, que é a concessionária que detém o trecho de Foz do Iguaçu até Guarapuava, e que o projeto inicial previa um desvio na BR de todos os perímetros urbanos daqueles municípios, e nós fomos ver o projeto atual que será executado pela rodovia; ele passará no centro do perímetro urbano, não prevê nenhuma passarela, não prevê nenhum cruzamento em dois níveis, e vamos ter a rodovia cruzando Colombo, outra rodovia cruzando o nosso município e separando em dois. Quem mora de um lado da rodovia não vai poder passar para o outro. E nós questionamos por que foram cortadas essas obras e a resposta da empresa é que teve que ser baixado por determinação do governador Jaime Lerner, e no acordo foram cortadas várias obras.

Então, é um questionamento que nós temos que trazer também a esse Plenário, a questão de que a rodovia não pode passar por uma cidade e simplesmente mudar todo o nível de vida que temos naqueles municípios.

O SR. IRINEU COLOMBO

Na verdade, é tão desastrosa essa proposta como foi o pedagiamento do Paraná, que estão acontecendo esses absurdos, uma instituição cultural de convivência comunitária, ao bel-prazer de uma empresa particular é destruída, quer dizer, aonde está a civilidade deste governo? Então, o que nós queremos é acabar com o pedágio no Paraná, mas nós não vamos acabar com o pedágio do Paraná sem a gente ter consequência neste ato.

Estamos propondo um projeto, que é uma alternativa ao pedagiamento e digo mais, se porventura, um governo de Oposição assumir no Estado, a gente tem que defender que esse governo comece desde já a tratar com essas empresas concessionárias um repactuação de todo o contrato feito até então, rever tudo, se as concessionárias não quiserem rever tem que usar o poder do Estado do convencimento, construindo rodovias municipais ligando um município a outro aonde vai ter dinheiro do Estado e vai desviar o pedágio oficialmente, que é uma forma de chamá-lo para a mesa para renegociar os contratos, e também entrar com ações jurídicas com relação aos compromissos não cumpridos pelas empresas no contrato, que não é só o Estado do Paraná que está com o pincel na mão por ter assinado esse contrato muito malfeito com as concessionárias, mas as concessionárias também, se tiver um governo legítimo amparado pela opinião pública, pode chamar as concessionárias e começar a quebrar o contrato no meio, colocar também o problema para elas, e para isso acho que o nosso projeto vem contribuir porque é uma alternativa em substituição ao projeto que privatiza e espera que os bons ares da inicia-

tiva privada resolvam todos os problemas do povo paranaense.

Todo mundo sabe que a iniciativa privada quer o lucro, e vai ser assim com a Copel, é só privatizar a Copel, como disse hoje o deputado Ângelo Vanhoni ao meio-dia, num debate com o deputado Durval Amaral, é só privatizar a Copel que vamos ter apagão, aumento de tarifa, essa é a receita que a iniciativa privada mais gosta e quer ver acontecer no Paraná a mesma coisa aconteceu com o pedagiamento rodoviário.

Mas, nós da Oposição, sobretudo eu e o deputado Hermas Fonseca, queremos ser aqui não só aqueles que vão combater esta política do governador Jaime Lerner, de política desastrosa com relação ao pedagiamento, mas acima de tudo estamos propondo dinheiro, estamos propondo ações diferenciadas para a solução das estradas do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Élio Rusch)

A Mesa faz questão de registrar a presença do ex-deputado Péricles de Mello, atual prefeito de Ponta Grossa. Seja bem-vindo; a Casa se sente engrandecida com a sua presença.

Da mesma forma registramos presença do ex-deputado, atual vice-prefeito da cidade de Curitiba, Beto Richa.

Com a palavra o deputado Eli Ghellere, no Pequeno Expediente.

O SR. ELI GHELLERE

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados. Venho neste momento usar a tribuna desta Casa de Leis, a pedido da comunidade de Foz de Iguaçu.

Recebo em meu gabinete um fax, do Conselho de Segurança de Foz do Iguaçu, juntamente com a Associação Comercial e Industrial, sindicato dos hotéis, clubes de servidores, lojas maçônicas, sindicatos de empregados de hotéis, sindicato das empresas de serviços contábeis do Paraná, Polícia Civil, Polícia Militar, Guarda Militar, Secretaria Municipal de Segurança e a Vara de Execuções Penais. A preocupação dessas entidades é com a questão da segurança em Foz do Iguaçu.

Eles trazem com um fundamento, senhor presidente, senhores deputados que durante o ano de 2000, foram registrados mais de 100 homicídios na cidade de Foz do Iguaçu. Em contrapartida, cidade como Maringá teve dois homicídios.

O presidente do Conselho de Segurança nosso companheiro Luiz Carlos Duzzo, também nos traz as informações que no período de 2000, foram registrados 15.675 homicídios, 15.675 ocorrências policiais, no município de Foz do Iguaçu.

Durante o ano de 2000 foram roubados ou furtados 650 veículos no município de Foz do Iguaçu e a cadeia pública daquele município tem capacidade para 168 pessoas e conta hoje com 479 presos.

A Delegacia do Menor e do Adolescente registrou 1383 ocorrências no ano passado e a preocupação da comunidade de Foz do Iguaçu é que se trata de uma cidade turística de uma cidade aonde toda a economia está voltada para o turismo e com isso nós temos afastado daquela cidade o grande número de pessoas que vem visitar a região das Cataratas.

Nós sabemos que Foz do Iguaçu tem uma âncora forte que são as Cataratas do Iguaçu, mas infelizmente ela consegue atrair o turista, porém ele não permanece mais do que dois dias, naquele município.

O que a comunidade pede é que nós façamos um encaminhamento ao governo do Estado para que o mesmo tome as providências necessárias para melhorar a questão de turismo de Foz do Iguaçu.

Tomei a iniciativa, na data de ontem, de encaminhar um requerimento a esta Casa de Leis, para que seja aprovado e encaminhado um expediente ao governador do Estado, para que ele de imediato providencie.

(Lê):

REQUERIMENTO Nº 358

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao governo do Estado do Paraná, solicitando que determine ao órgão competente da administração estadual providências para combater o avanço da criminalidade na região de Foz do Iguaçu, através do atendimento às seguintes medidas:

1. Envio imediato de uma força-tarefa de pelo menos 50 homens, tendo em vista o término da operação-verão, até que seja determinado o aumento do efetivo da Polícia Militar.

2. Remoção imediata de 176 presos condenados, que atualmente cumprem pena na cadeia local.

3. Nomeação imediata de agentes penitenciários para o controle dos 479 presos da cadeia pública.

4. Reajuste no valor destinado à alimentação dos detentos, fixado atualmente em R\$0,80 por preso/dia.

5. Nomeação de dois novos delegados para a Polícia Civil, tendo em vista a sobrecarga de trabalho e o acúmulo de funções nas delegacias da cidade.

6. Implantação do 19º da Polícia Militar (Batalhão de Fronteira) em Marechal Cândido Rondon e consequente criação do Batalhão Metropolitano de Foz do Iguaçu.

7. Construção imediata de uma penitenciária em Foz do Iguaçu.

8. Aumento nas cotas de combustíveis e reajuste dos valores destinados à manutenção das viaturas das polícias Civil e Militar.

9. Renovação e ampliação das frotas de viaturas das Polícias Civil e Militar, tendo em vista que há viaturas com nove anos de uso (fabricadas em 1992) prestando serviços na cidade, com altíssimo custo de manutenção para a comunidade.

10. Implantação imediata do 4º Distrito Policial, no bairro Três Lagoas.

A apresentação do presente requerimento deve-se a reivindicação do Conselho Comunitário de Segurança de Foz do Iguaçu e de diversas entidades sociais do município, que reclamam providências das autoridades no sentido de conter a criminalidade na região.

O Conselho Comunitário de Segurança de Foz do Iguaçu (Consefi) entidade considerada de Utilidade Pública pela Lei Municipal 1392 (de 17.05.1988) e pela Lei Estadual 9790 (de março de 1999) manifestou-se neste sentido através de expediente ao Secretário de Estado da Segurança Pública, senhor José Tavares, reclamando providências em caráter de absoluta urgência para melhorar o setor, transcritas a seguir.

Para reforçar a necessidade de que tais reivindicações sejam efetivamente atendidas, o Consefi, informou o seguinte: a) Durante o ano de 2000 foram registrados 100 homicídios em Foz do Iguaçu, contra apenas 11 na cidade de Maringá; b) No mesmo período foram registradas 15.675 ocorrências em nossa cidade; c) Também durante o ano 2000 foram roubados ou furtados 650 veículos em Foz do Iguaçu; d) A cadeia pública com capacidade para 168 pessoas, abriga hoje 479 presos; e) A Delegacia do Menor e do Adolescente registrou 1383 ocorrências no ano passado, entre elas 445 autuações por furto, 129 por porte de tóxicos e 111 por porte ilegal de arma.

Sala das Sessões, em 12.03.2001.

(a) ELI GHELLERE

Esse requerimento foi encaminhado na data de ontem e peço especial atenção ao líder do governo, deputado Durval Amaral, para que, na medida do possível, oriente...

O SR. PRESIDENTE (**Élio Rusch**)

Consultamos o deputado se vai fazer uso da Liderança do PDT.

O SR. ELI GHELLERE

Já estou concluindo... a sua bancada para que vote favorável a esse requerimento, porque é um simples pedido da comunidade de Foz do Iguaçu ao governo do Estado.

Também peço o voto dos companheiros da Oposição.

Obrigado.

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Para registrar a presença do nosso amigo e ex-deputado, prefeito de Ponta Grossa, companheiro Péricles de Mello. É uma satisfação tê-lo em nossa convivência, em nosso nome, e em nome de todos os deputados da Casa, porque durante seis anos tivemos a companhia honrosa do companheiro Péricles de Mello e hoje esse nosso companheiro está à frente da prefeitura de Ponta Grossa e queremos desejar um grande trabalho e sabemos que,

pela sua competência, a sua qualificação técnica, Ponta Grossa está em boas mãos.

O SR. PRESIDENTE (Élio Rusch)

Concedo a palavra, ainda no Pequeno Expediente, ao deputado Tiago Amorim.

O SR. TIAGO AMORIM

Senhor presidente, senhores deputados senhora deputada, o que nos traz a esta tribuna no dia de hoje, meus caros deputados, imprensa que se faz presente. A tônica do momento, lamentavelmente no Estado do Paraná, hoje nos quatro cantos se fala sobre a questão “insegurança”.

Representando a região Oeste do Paraná, especificamente a região de Cascavel, temos um quadro lamentável a relatar para a nossa sociedade.

Ouvi atentamente o deputado Eli, conversei por várias vezes com o deputado Spada e nós, que vivemos na região de fronteira, estamos sofrendo junto com a população, população que cobra deste parlamentar e dos demais que representam o interior do Estado, a falta de segurança.

Nós, na cidade de Cascavel, para se ter uma idéia em apenas 58 dias, tivemos o registro de aproximadamente uma centena de veículos furtados, uma série de assaltos constatados contra o cidadão e não bastasse isso, nós, com a série de informações, da convivência, infelizmente, de alguns maus policiais no crime organizado, nós que vivemos no Oeste do Paraná e que sentimos de perto esta realidade, porque a nossa profissão, como reporter policial é de relatar os fatos que acontecem na fronteira do Brasil com o Paraguai, indignados ficamos ao saber que em 60 dias, em Foz do Iguaçu tivemos quase duas centenas de veículos furtados, sem contar os assaltos e os assassinatos.

Nós queremos utilizar das palavras do dia de hoje, para fazermos um apelo ao secretário de Segurança Pública do Paraná, para que dê condições, combustível, para que possamos ver a nossa polícia militar e a civil, combater a criminalidade, à altura da marginalidade que hoje campeia na região Oeste do Paraná.

Nós sabemos que em outros pontos também, infelizmente o retrato é idêntico.

Nós, como deputado da base do governo, também nos sentimos na obrigação de falar em nome da população de Cascavel e do Oeste do Estado do Paraná, juntamente com a Bancada do Oeste, dos deputados honrados que aqui estão, que querem segurança e querem, com certeza, melhor qualidade de vida para nossa população.

Este é o apelo que fazemos ao secretário de Segurança Pública, diante dos fatos lamentáveis que estão sendo constatados, nos últimos meses na região de fronteira. É necessário que se dê estruturas para a Polícia Militar e também para a Polícia Civil. E além disso, identificar os mais policiais, que estão evidentemente já identificados pela Secretaria de Segurança Pública. A

população não pode mais suportar ver policiais que têm ficha até de sequestro, trabalhando numa subdivisão importante do Estado do Paraná. Nós não podemos mais conviver com policiais que respondem a processos de extorsão e que têm responsabilidade, hoje, como delegado, de uma cidade do Estado do Paraná! Não podemos mais conviver com esta realidade.

Vamos, meu caro presidente e senhores deputados, cobrar com energia. Confiamos e respeitamos o secretário de Segurança, mas acima de tudo, temos uma missão em defesa dos interesses da população do Estado do Paraná. E não vamos nos curvar, de maneira nenhuma, onde nós temos o interesse maior, que é o interesse da população, para que possamos, aqui dentro do parlamento, representá-los nas nossas bases, no interior do Estado do Paraná.

É importante a sensibilidade do governo do Estado, para que possamos chegar na nossa região e ver nosso povo deitar, acordar, trabalhar e ganhar seu sustento honestamente. E dormir em paz, acima de tudo.

Este é um relato da realidade no interior do Estado do Paraná. E vamos, também, senhor presidente, conversar com o próprio secretário de Segurança Pública, para que outras providências sejam tomadas e que a segurança seja restabelecida na nossa região de fronteira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Élio Rusch)

No Pequeno Expediente, com a palavra o deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor presidente e senhores deputados.

Compareço à tribuna no Pequeno Expediente para relatar mais uma situação catastrófica, que está por ser deflagrada no estado do Paraná pela secretária de Educação, Alcyone Saliba. Diz respeito a uma Resolução que a Secretaria de Educação está por assinar. E se não for nesta semana, deverá ser na semana vindoura, reduzindo drasticamente os recursos que o Estado repassa às Apae's do Paraná.

Nós temos acompanhado, pelo interior do Estado, reuniões das Apae's e tive oportunidade de conversar com a diretora da Apae da região de Ivaiporã, nesta semana, e o relato que ela nos fez, a exemplo do que fizeram diretoras de Apae's de pelo menos umas outras dez cidades, onde estive nos últimos trinta dias, é realmente, de deixar cada um de nós perplexos e com uma preocupação muito grande.

Vejam, senhores deputados, as Apae's normalmente atendem em turno integral. O deficiente vai para a Apae de manhã e permanece lá até à noite. E por esta razão, os convênios firmados pagam sempre em dobro. Um aluno conta dois, porque são dois turnos. No ensino regular, o aluno vai e fica um turno, e a escola, o Estado, pagam por aquele turno. No caso da Apae, que são dois turnos, recebe-se em dobro. Um aluno conta dois alunos.

E isto está para ser eliminado, por conseguinte as escolas não terão como atender em dois turnos, terão que atender a clientela no período da manhã ou no período da tarde e o restante, esses nossos irmãos portadores de deficiência, ficarão sem nenhuma atividade, sem nenhum atendimento, já que a maioria dos casos são de pessoas oriundas de famílias que também não têm condições de, na sua casa prestar esse tipo de assistência.

Uma outra coisa que nos preocupa, não vão pagar mais o instrutor, o marceneiro. Por exemplo, não querem pagar mais o instrutor. A Apae, além de procurar dar algum ensinamento, recuperar as pessoas, colocá-las dentro de um livro de aprendizado educacional, buscam também dar a essas pessoas o mínimo de instrução para que elas possam, nas oficinas, nas marcenarias, nos artesanatos, desenvolver algum trabalho manual. E esse trabalho manual, esse produto, inclusive, ser comercializado para que os recursos possam melhorar a renda das Apae's.

Não existe diálogo, não tem existido diálogo.

A secretária diz uma coisa e faz outra. E não resta nenhuma dúvida nossa de que o governo, através da Secretaria está cometendo, eu diria até um crime em relação ao deficiente do estado do Paraná, porque estão proibindo a matrícula nas escolas especiais de pessoas que tenham mais de 21 anos de idade.

Agora, vejam o contra-senso dessa medida, senhor presidente, senhores deputados, nas faculdades e nas universidades públicas o Estado banca o ensino de pessoas com mais de 21 anos. No ensino supletivo o Estado banca a formação de pessoas com mais de 21 anos. No ensino regular também de 2º grau, muitas são as pessoas com mais de 21 anos. E o Estado paga, estando querendo proibir justamente a presença, onde mais deveria ser franqueada, de pessoas com idade superior a 21 anos, que é nas escolas especializadas para o atendimento aos deficientes.

Faço um apelo à liderança do governo, aos deputados que aqui estão para que conversem com a secretária Alcyone Saloba, para que não edite essa resolução que vem realmente causar um transtorno, trazer o caos para dentro das Apae's, das escolas especializadas do Paraná.

Era isso, muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Não havendo mais oradores inscritos no Pequeno Expediente e nem no Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

Horário das Lideranças: PL; PSB; PSC; PST; PSL; PDT; PPB (**Todas declinam**)

PMDB, com a palavra o deputado Nereu Moura.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor presidente, Pela Ordem.

(**Assentimento**)

Senhor presidente, eu aproveito para registrar a presença entre nós da prefeita Aparecida, de Iporã, a Cidinha de Iporã, como nós, carinhosamente a chama-

mos, o prefeito Sami Saab, de Iretama, e o prefeito Juarez, do município de Barracão.

Os três, evidentemente, configuram-se como as principais lideranças, dentre outra, mas são lideranças destacadas do municipalismo paranaense e brasileiro.

E estão nesta Casa conversando com os senhores deputados acerca da eleição da Associação dos municípios do Paraná que acontecerá no próximo dia 22, se não me falha a memória, aqui no plenarinho da Assembléia. E, evidentemente, estão aqui participando aos senhores deputados das articulações, dos entendimentos que estão sendo desenvolvidos para a formação de uma chapa representativa do municipalismo do Paraná.

Portanto, registro a presença desses ilustres companheiros em nossa sessão de hoje.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Devidamente registrado. Sejam bem-vindos os nossos prefeitos.

Com a palavra o deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, senhora e senhores deputados.

Este assunto já está se tornando gasto aqui na Casa, mas nunca é demais discutirmos esta idéia maluca do governo Jaime Lerner de torrar tudo o que o Paraná construiu ao longo de tantos anos.

Hoje os jornais do Estado estão publicando que as ações da Copel caíram na Bolsa de Valores, 5,6% e 3,8% as ações ordinárias e as ações preferenciais.

É o reflexo, é o primeiro reflexo da ação predatória do secretário Ingo Hubert à frente da Secretaria da Fazenda e da presidência da Copel. É uma ação predatória. Está jogando contra o patrimônio atendendo a interesses escusos, defendendo interesses mesquinhos e inconfessáveis.

Só assim pode se explicar esta permanente campanha do secretário presidente da Copel que já foi declarado pelo finado deputado Anibal Khury *persona non grata* aqui nesta Casa por não ter sensibilidade política.

Foi proibido de entrar aqui na Assembléia Legislativa pelo deputado Anibal Khury, na defesa deste Parlamento.

Pois é este mesmo cidadão insaciável que assumiu a missão inglória de torrar o que resta do nosso patrimônio. E ontem a Bolsa de Valores já mostrou nos seus indicadores a queda no valor das ações da Copel. É assim que o governo Jaime Lerner está tocando o Paraná sua ânsia de tapar os buracos de caixa ou talvez na sua ânsia de atender interesses escusos, inconfessáveis acaba com o patrimônio público, deturpa a sagrada caminhada que deveria ter à frente da administração pública, desrespeitando o sentimento do povo do Paraná, este povo que por duas vezes no silêncio sagrado da urna conduziu Jaime Lerner a governar o nosso povo, este povo esperançoso que elegeria um governo decente, um governo que tivesse

vergonha na cara, um governo honesto e probo, infelizmente hoje assiste, a cada dia que passa, as trapalhadas, as idéias malditas que se joga do terceiro andar do Palácio Iguazu.

Sementes que não germinam porque não tem onde germinar, são jogadas na terra seca, são jogadas na terra que não tem a providência de fazer germinar a semente, a semente das boas idéias.

Senhor presidente, o que a Assembléia deveria fazer aqui é ressuscitar a CPI do Sercomtel e da Copel que desviou aqui, fez aquela maracutaia de 186 milhões de reais para a Prefeitura. Está lá em Londrina o prefeito Nedson Micheletti apurando os vícios que confirmaram aquela negociação. O que a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná deveria fazer, era a CPI da Copel para que nós possamos explicar para o povo do Paraná o que existe por trás desta idéia nojenta, deste governo incapaz de governar por idéias boas e vender o que resta do povo do Paraná.

Sr. presidente, o que nós precisamos...
(Término do tempo)

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Para concluir.

O SR. NEREU MOURA

Estou no Horário da Liderança.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

O seu tempo já esgotou cinco minutos. O senhor tem 45 segundos, para concluir o seu tempo.

O SR. NERU MOURA

Se Vossa Excelência usar dois pesos e duas medidas.

Aliás, o que não é novidade. Outra vez Vossa Excelência também me cortar a palavra.

Senhor presidente, venho aqui para propor a esta Casa, vamos deixar a CPI dos Jogos Mundiais da Natureza, do Pedágio. Essas outras cinco CPIs, que não sei o nome e vamos colocar aqui a CPI da Copel, para investigar a fundo o que o Ingo Hubert já fez na Copel. Todos os negócios que ele fez na presidência da Copel. A mando de quem? Para onde foi o dinheiro? E agora essa idéia maluca de vender a Copel? Todo dia ele vem na imprensa dizer: a Copel não prestar mais; a Copel foi bananeira que já deu cacho; a Copel já cumpriu os seus objetivos; a Copel vai dar prejuízo.

Todos os dias você abre o jornal e está lá o presidente, que deveria cuidar do nosso patrimônio, que deveria zelar pelo nosso patrimônio, está lá o senhor Ingo Hubert. A Copel não presta mais. A Copel se foi. E o que aconteceu: caiu a Copel na Bolsa de Valores. Caem as suas ações na Bolsa de Valores.

Deveríamos responsabilizar criminalmente o presidente da Copel, pelas declarações infelizes, com que tem agraciado a imprensa do Paraná.

Com a benevolência da presidência, rapidamente, concedo um aparte ao deputado Sérgio Spada.

O Sr. Sérgio Spada

Participei juntamente com outros deputados desta Casa, na última quinta-feira, de um seminário, promovido pelo Idec, sobre os efeitos da privatização do setor elétrico, no Brasil, na ótica do interesse do consumidor. As maiores autoridades da área, que ali se pronunciaram - geralmente com o Idec, que é um órgão de renome Nacional e internacional, nos levam a uma conclusão única: os setores particularmente de energia - não vou generalizar -, que foram privatizados, como é o caso da Light, no Rio de Janeiro, perderam um monte em qualidade de serviços prestados e o preço da tarifa subiu exageradamente, com uma outra consequência funesta para o setor. Não houve e não está havendo o investimento do setor privado, no setor de energia, conforme alardeava e pregava o próprio governo federal e o do Estado.

Cada vez mais, não obstante eu ser do PSDB e ter uma visão social democrata da questão política e social - não sou pela estatização total e pela liberalização total -, esse setor é vital para a sociedade e, particularmente, aqui, no Paraná, nesse momento privatizar a Copel, em final de governo, sabendo nós que mais de 300 milhões das primeiras ações vendidas já estão caucionadas no Banco Itaú, com um contrato assinado entre o governo do Estado e o Banco Central e Banco Itaú, é um verdadeiro crime. É um verdadeiro crime no apagar das luzes de um governo, passar às mãos desse governo, um montante incalculável de recursos, que sabemos que vai pulverizar, simplesmente sumir e vai prejudicar não só os próximos governos, como a sociedade paranaense de um modo geral.

É por isso que concordo plenamente com o seu pronunciamento e agradeço o aparte.

O SR. NEREU MOURA

Deputado Elio Rusch, Vossa Excelência sabe que lhe tenho o maior respeito. Inclusive, Vossa Excelência foi eleito com o meu voto também. Lhe admiro e sei que é um deputado respeitado neste poder.

Gostaria que Vossa Excelência compreendesse que às vezes a gente se exalta, mais em função das lutas que a gente abraça com amor e carinho.

Por isso, deputado, para concluir o meu raciocínio, quero dizer que estamos apresentando um requerimento, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 131/2001, que revoga a autorização para vender a Copel.

Obrigado, senhor presidente, pela generosidade.

O SR. PRESIDENTE (**Hermes Brandão**)

Horário das Lideranças:

PFL. Declina.

PSDB. Com a palavra o deputado Augustinho Zucchi.

O SR. AUGUSTINHO ZUCHI

Senhor presidente e senhores deputados, eu poderia fazer o encaminhamento que faço na pauta, mas quero fazer aqui uma colocação para os senhores deputados sobre o Projeto de Lei nº 252/99, que se encontra hoje na pauta da nossa Ordem do Dia para votação.

Há muito tempo, senhor presidente, Vossa Excelência, que foi, secretário da Agricultura sabe, há uma reivindicação por parte dos agricultores do Paraná, e por isso que eu gostaria de contar com a compreensão dos nossos deputados, porque todos nós, de uma forma ou de outra, representamos os nossos agricultores.

Falo aqui não apenas pela ligação que tenho com a nossa agricultura, falo aqui não apenas pela ligação pessoal de origem que tenho, quem sabe até pela ligação de profissão, mas acho que há muito tempo já se fala no apoio que temos que dar, deputado Pessuti, aos nossos agricultores do Paraná, porque sempre em qualquer plano econômico, em qualquer mudança da política econômica do nosso País, ouvimos falar que o equilíbrio da balança comercial via de regra sempre se encontra no setor produtivo. Não é surpresa para ninguém imaginar os grandes problemas sociais detectados pelo último estudo do Ipar-des, aqui no Paraná. Não é surpresa para ninguém imaginar que o inchaço que se deu nas grandes cidades, a tendência que se tem da concentração populacional em pouco mais de dez cidades do Paraná nos próximos anos se dará, ou está se dando pela falta de apoio e pela dificuldade em que se encontram os nossos agricultores para continuar residindo e produzindo nas suas propriedades.

Agora mesmo nós vimos acontecer no Paraná uma grande colheita na safra de milho. Nós, há poucos dias quando faltava armazém para estocar esse milho, se falava pelas rádios nas regiões do Paraná que os agricultores deveriam parar e colher por dois ou três dias até que fosse possível ter local para armazenar esse produto; agora, passado uma semana, ou quinze dias, algumas das empresas que comercializam esse produto pedem que os agricultores podem entregar a sua produção desde que possa ser comercializado imediatamente, já que o preço está bem aquém aquilo que é importante, daquilo que seria pelo menos pagar o custo de produção para os nossos produtores, acerca de sete reais a saca de milho. Nós sabemos que para uma boa produção o agricultor gasta cerca de duzentas sacas por alqueire, e aí para que possa ter um mínimo de lucro seria necessário que os nossos agricultores vendessem o milho acerca de dez reais. E sempre se fala: “Olha, a agricultura é preciso apoiar, é fundamental, até porque se não apoiarmos o agricultor lá, nós vamos ter que apoiar o agricultor na cidade”. Porque aí, sim, ele vem para a cidade para os grandes centros à busca de emprego, e não tendo o emprego fica à mercê das políticas sociais buscando casa popular para morar buscando cesta básica, sim, buscando algo que é difícil de encontrar, na situação social que se encontra o nosso País.

Há programas que são importantes e cito aqui um deles, não houvesse o Pronaf, estabelecido com muita dificuldade, com problemas na sua aplicação, teríamos ainda um êxodo maior dos nossos produtores.

Este projeto, senhor presidente, que já retiramos uma vez para que fosse discutido, assinado por mim, pelo deputado Colombo e pelo deputado Carlos Simões, é um projeto discutido junto a Comissão de Agricultura, desta Assembléia. É um projeto que dá a possibilidade para que os nossos produtores tenham condição de passar a fazer aquilo que, quem sabe, seja o único sinal de sobrevivência, para os pequenos e médios agricultores, que é a agregação de valor e a agro-industrialização. É um projeto que dispõe sobre as normas sanitárias para elaboração e comercialização de produtos agro-artesanais, de origem animal e vegetal, oriundos da agricultura familiar no Estado do Paraná.

Em suma, é um projeto que dá possibilidade que os nossos produtores não tenham que permanecer na burocracia de tal de Siep, sistema de Inspeção do Estado do Paraná, que é a prerrogativa básica para que os nossos produtores tenham também o carimbo do Sif, Sistema de Inspeção Federal.

Ou seja, é a possibilidade de o agricultor comercializar este produto fora do município, é a possibilidade de o agricultor melhorar a qualidade do seu produto e colocá-lo no mercado, e é, em suma, a possibilidade de os agricultores fazerem a agro-indústria.

Portanto, eu gostaria de pedir a atenção dos deputados, eu sei que há divergências quanto a este projeto mas eu fui chefe do Núcleo da Secretaria da Agricultura em Pato Branco, antes de ser deputado, e percebia que, muitas vezes, um projeto de transformação do produto, quer seja de origem vegetal ou animal, demorava muito tempo para que o nosso produtor pudesse obter o carimbo, pudesse obter, na verdade, o selo de qualidade, para que pudesse comercializar este produto.

Nós tivemos esta discussão, aqui na Assembléia, e dessa discussão saiu projeto, ao qual nós pediríamos a compreensão e o apoio dos deputados, para que pudéssemos ajudar o nosso agricultor neste sentido, já que, tanto com o projeto do governo do Estado como o Pronaf, agregar do governo federal é possível se fazer o programa de agro-industrialização, mas tem encontrado estas dificuldades.

Concedo o aparte ao deputado Divanir Braz Palma.

O Sr. Divanir Braz Palma

Nobre deputado Augustinho Zucchi, eu só queria pegar uma deixa aí, quando Vossa Excelência falou do estudo do Ipar-des.

Realmente este Instituto avançado fez uma pesquisa recente, uma projeção de como vai se comportar a população paranaense nos próximos 10 anos. Os dados, os números, são estarrecedores.

Veja Vossa Excelência, nós temos hoje 399 cidades que compõem o Estado do Paraná. Dentro de 10 anos,

teremos 65% da população do Estado, próximo de 70%, vivendo em 19 cidades do Paraná. E dentro dessas 19 cidades, 9 se localizam na área Metropolitana de Curitiba.

Então o que Vossa Excelência diz é um alerta, uma verdade, nós precisamos fortalecer o homem do campo.

A Assembléia aprovou aqui um projeto de nossa autoria que é a revitalização do Noroeste, nós mostramos, com dados e números, o êxodo rural, naquela região, com 107 municípios, passa de 5% ao ano o número de pessoas ligadas à terra, que trabalham na terra, que saem da terra e vão para as cidades, vão para a periferia das cidades sofrendo um choque cultural fantástico, violento, não se adaptam porque não tem mão-de-obra qualificada para arrumar emprego, os seus filhos também não têm espaço.

Normalmente eles perdem aquela inocência do campo e passam a ter dificuldades de viver honestamente na cidade. Então, precisamos realmente que o governo aja com vigor em programas, interiorizando, valorizando o homem da terra, dando condições para que evitemos esse desastre humano que está acontecendo, que é a deteriorização do nosso homem do campo, homem simples, trabalhador, que por falta de recursos, por falta de horizontes, por falta de conseguir sustento à sua família, vem para a cidade ser violentado na sua cultura e aqui fazer um cordão, aumentar o caldo da violência e da degradação dos costumes.

É isso aí, nobre deputado.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Agradeço o aparte de Vossa Excelência de contar com o seu apoio, para que pudéssemos aprovar esse projeto que já há muito está em discussão nesta Casa.

Concedo o aparte ao deputado Ademar Traiano.

O Sr. Ademar Traiano

Quero me manifestar nesta tarde favoravelmente ao seu projeto, até porque conheço a sua história, filho de pequenos agricultores da região Sudoeste do Paraná, tem a sua vida dedicada ao campo, à pequena propriedade, e entendo ser este projeto de uma importância social extraordinária.

Nós que vivemos numa região de minifúndios, de pequenas propriedades lá no Sudoeste do Paraná, conhecemos de perto as reais dificuldades do pequeno agricultor como um todo no Paraná e de forma especial no Sudoeste.

Portanto, o pequeno agricultor já se depara com inúmeras dificuldades de toda ordem, quando busca espaço para poder fixar-se no campo, e a cada dia que passa maiores são as dificuldades.

O seu projeto, na verdade, propicia a oportunidade de criarmos uma alternativa para o nosso pequeno agricultor para que ele possa agregar receita na sua minguada receita da pequena propriedade.

Portanto, o deputado Traiano se soma ao seu pronunciamento, é parceiro no sentido de também acompa-

nhar a votação desse projeto, que ele tem um interesse social extraordinário. Poderíamos ficar aqui falando muito tempo sobre isso, mas devido o seu pronunciamento já estar com o horário praticamente encerrado, eu quero manifestar aqui em nome, com certeza, da maneira dos parlamentos que têm vivência com a pequena propriedade do Paraná o nosso apreço, o nosso carinho e o reconhecimento pelo seu projeto, pela envergadura que ele representa em termos de interesse social para o Paraná.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Obrigado, deputado Traiano, gostaria de agradecer o seu apoio porque é muito importante nós realmente irmos de encontro àquilo que acontece hoje nas pequenas propriedades. O agricultor que hoje planta milho ou feijão, qualquer cereal e for vender esse cereal *in natura*, não tem mais como sobreviver, devido às dificuldades e à pequena margem de lucro que isso representa para os produtores. Só há uma forma de os pequenos produtores sobreviverem, ou à custa de apoio, sim, senhor! Nos países mais adiantados do mundo, aliás nenhum deles saiu de crise econômica nenhuma que não fosse senão pelo apoio do setor produtivo, e esses países subsidiam pesadamente a agricultura. Agora, nós muitas vezes, ao falarmos de apoio aos agricultores, imaginamos que estamos fazendo alguma coisa paternalista, não é verdade, os nossos agricultores, pequenos produtores que sobrevivem sobre todas as dificuldades que não têm seguro para a sua produção, só poderão sobreviver se transformarem a sua produção em proteína animal ou em produtos que possam ter um mercado melhor e possam agregar valor, não há outra forma.

Quero agradecer esta oportunidade, pedir ao presidente Hermas Brandão que foi secretário da Agricultura, que conhece esta realidade, que pode ajudar o Paraná.

Faço aqui uma menção, esta Assembléia aprovou um projeto de lei de nossa autoria estabelecendo um programa permanente de calcário no Estado do Paraná. O deputado Hermas Brandão, enquanto secretário da Agricultura nesse Estado, cumpriu rigorosamente este projeto. - Aliás deixou saudades por esse Paraná.

Porque o calcário é o insumo fundamental à produção, aumenta cerca de 30% a produtividade e estabelece o poder de competição mesmo para os pequenos produtores.

Infelizmente, no ano passado não tivemos calcário aqui no Paraná. Oxalá, o governo do Estado possa sentir esta necessidade do campo.

Não tem agricultor.

Desafio aqui qualquer agricultor desse Estado, independente de posição política, se perguntar para ele qual é a primeira necessidade ele vai dizer: - É calcário na propriedade. Sem isso é impossível fazer alguma coisa na propriedade pequena ou na média ou até na grande propriedade. Só que na grande propriedade é óbvio que os agricultores têm uma condição melhor.

Então, espero, presidente Hermas Brandão, que possamos ter esse apoio à nossa agricultura, porque isso é importante, não apenas para o produtor, é importante para o Estado. Porque senão, nós veremos cada vez mais, estudos após estudos, detectar o exôdo rural que assola o nosso Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Ainda, no Horário das Lideranças, PTB. Com a palavra, deputado Ribas Carli.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Mais uma vez volta à tribuna para comentar os fatos que vêm tomando conta da imprensa de todo o Estado e também da imprensa dos outros Estados.

Como dizia ontem, os acontecimentos de Maringá dizem respeito a todos nós. A imprensa continua atuante, mostrando os fatos acontecidos na cidade de Maringá.

Ontem, relatava fatos do jornal Diário do Norte de Maringá. Hoje, temos em mãos o jornal Folha do Paraná, que traz uma matéria extensa e o título é: Tribunal de Contas responsabiliza Gianotto por desvios”.

Mas, diante dos acontecimentos, queria aqui fazer uma colocação que considero e acredito que é muito importante neste momento. Os desvios ocorreram na Prefeitura de Maringá não por um período determinado de tempo, 1, 2, 3, 6 meses. Pelos relatos que temos, através da imprensa, tendo em vista que até agora a Casa não recebeu por parte do Ministério Público, eu também, fiz uma solicitação diretamente ao juiz federal da Vara Encarregada desse processo em Maringá. Da cópia dos documentos, dos depoimentos, não tenho em mãos ainda.

Mas, a imprensa, cumprindo o seu papel e fazendo um relato praticamente que diário dos acontecimentos, diz que estes desvios eram costumeiros, nobres deputados, na Prefeitura de Maringá, e que estava ocorrendo há quase 10 ou mais de 10 anos.

Eu pelo menos não posso imaginar que esses desvios tenham acontecido durante tanto tempo e essas contas vieram e foram sendo aprovadas. Agora, o Tribunal de Contas responsabiliza o ex-prefeito Gianotto pelos desvios.

Quero dizer aos senhores que imagino, que senão no todo mas pelo menos em parte, mas precisamente na questão de Maringá, o Tribunal de Contas do Estado é um órgão suspeito para verificar qualquer acontecimento, porque no momento em que existe relator, que tem membros do Tribunal de Contas envolvidos nos desvios, vamos auditar essas contas pelo mesmo Tribunal? Vejam bem, tenho sempre realçado nos pronunciamentos que faço, que temos que preservar a instituição cinquentenária que é o Tribunal de Contas do Estado, que tem técnicos sérios, pessoas gabaritadas para desenvolver esse trabalho, mas exatamente para representar a imagem da instituição e o conceito da instituição, o TC do Estado

tem que se considerar impedido de auditar as contas do município de Maringá porque assim agem os magistrados.

Sabemos que qualquer juiz, qualquer desembargador, no momento de julgar um processo que por algum motivo existe uma ligação deste magistrado, não precisa ser nem por parentesco, até por amizade, os magistrados se declaram impedidos de opinar no processo.

Quero, da tribuna da Casa do povo, fazer este alerta e esta solicitação para que o Tribunal de Contas se considere impedido de continuar a auditar as contas do município de Maringá, numa atitude de isenção e transparência para que possamos preservar a imagem e o conceito deste órgão cinquentenário.

Concedo aparte para o deputado Chab.

O Sr. Ricardo Chab

Deputado Ribas Carli, ontem eu já queria apartear-lo, mas, infelizmente por falta de tempo, não pude - tenho discutido com alguns deputados aqui na Casa, conversado com companheiros e com pessoas que militam politicamente, vereadores, prefeitos e lhes fiz uma pergunta, diante de tantos escândalo que estamos acompanhando aqui no Paraná, em Londrina, Maringá e tantas outras, no caso de Pinhais, de Ponta Grossa e me faço uma pergunta e faço essa pergunta para outros deputados aqui da Casa.

O Tribunal de Contas todo ano, dá uma Certidão ao prefeito, dizendo que a administração dele estava correta, que não houve nenhuma irregularidade e ele dá ao prefeito, uma Certidão Negativa. Agora, de repente, um promotor público, sem estrutura nenhuma, levanta um escândalo de 100 milhões de reais em Londrina! Daí me pergunto: “Para que valeu a Certidão Negativa, ano após ano, do Tribunal de Contas?”

Então o que quero levantar e tenho conversado com alguns deputados, até mesmo, numa possível CPI no Tribunal de Contas, porque quero fazer uma pergunta: qual o critério que o Tribunal de Contas adota para dar uma Certidão Negativa a um prefeito? É um critério técnico? Se é técnico, está falhando. Me desculpe. Há falha. Se não for técnico, é político, e aí está errado.

Então, é uma questão que nós aqui na Assembléia não podemos deixar passar em branco, porque confesso que quando ouço escândalo na prefeitura que o TC já deu a Certidão e depois vejo outra notícia de que o próprio TC vai lá fazer uma auditoria! Esperem um pouquinho! Esperem um pouquinho! É escrever com a mão direita e apagar com a esquerda? O próprio Tribunal de Contas que dá uma Certidão Negativa dizendo que não houve irregularidades, vai lá para auferir que não houve depois? Espere aí, houve um erro muito grande! Por isso quero colocar publicamente para todos os deputados, a minha iniciativa de solicitar uma CPI no Tribunal de Contas, para que possamos responder isso e se houve responsabilidade desta Casa.

Ontem fiquei muito contente quando o deputado Luiz Carlos Martins foi à tribuna e leu a Constituição,

dizendo que o Tribunal de Contas tem que prestar contas para trimestrar uma comissão nesta Casa. Ótimo! Mas, além disso, acho que se faz necessária uma CPI sob pena de todos nós aqui desta Casa, estarmos passando como co-responsáveis nesta história negativa do Paraná, em grandes prefeituras.

Obrigado, e parabéns.

O Sr. Irineu Colombo

Vossa Excelência me concede um aparte, deputado Ribas Carli?

Deputado Ribas Carli, queremos somar a preocupação desta Casa com relação ao Tribunal de Contas e conforme o deputado Chab anunciou na sua fala, o Tribunal de Contas faz uma análise técnica, mas a sua decisão é política. O grupo de base, os assessores que conferem contabilidade, recursos financeiros, a norma legal para as ações administrativas fazem todo o trabalho, e o Plenário, depois, decide ou intervém a nível de 2º grau na tramitação dos projetos no Tribunal de Contas.

O Tribunal de Contas é um daqueles órgãos que, como nós, deputados e esta Assembléia, não está submetido à opinião pública de quatro em quatro anos. Todo mundo sabe, aqui, o que acontece quando a opinião pública vai para um lado e nós para o outro. Saímos desta Casa. O Tribunal de Contas está sobre tudo e sobre todos, até agora, nesta crise.

Acho que é nossa responsabilidade e faz bem o deputado Ricardo Chab em propor agora, já, uma CPI.

Mas, já estou comunicando à Casa que apresentei um projeto na reforma constitucional, que prevê um fluxo nas contas e subordina administrativamente o Tribunal de Contas a esta Casa e os concursos para prover os cargos, alguns cargos no Tribunal de Contas que não me recordo agora quais são, também serão conduzidos por esta Casa de Leis. Há informações, inclusive, que lá naquele Tribunal de Contas, os cargos e tal, muita irregularidade há, inclusive com cargos nomeados pelo Tribunal de Contas, que nós não sabemos.

Então, na prática, temos que subordinar o Tribunal de Contas e nos submeteremos, todos, à opinião pública, se ele não estiver se conduzindo corretamente.

Então, idéias não faltam. Vamos investigar o Tribunal de Contas e propor alternativas. É nossa responsabilidade, porque o povo está nos cobrando cada vez mais.

Obrigado.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Muito obrigado, deputados, pelos apertes, que com certeza vêm enriquecer nosso pronunciamento e engrossar o coro desta Casa, em função dos problema acontecidos.

Concedo aparte ao deputado Beraldin.

O Sr. Beraldin

Quero cumprimenta-lo, mais uma vez, e não vou discorrer mais sobre o Tribunal de Contas, até porque

acho que já estou sendo repetitivo e cansativo em relação a isto. Mas, acho que as auditorias particulares resolveriam este problema, especialmente o de Londrina, Maringá. Uma auditoria particular, alguém profissional da área contábil teria que assinar a auditoria particular. E eu acho que ela custaria mais barata do que custa, hoje, o Tribunal de Contas para o povo do Paraná.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Muito obrigado, deputado Beraldin.

Queria, ao encerrar minhas palavras, senhor presidente, agradecer aos apertes e dizer aos senhores: o povo do Paraná está acompanhando o que a imprensa vem noticiando, com dados, com nomes, com fotos de encontros. O povo do Paraná está acompanhando.

Tenho convicção de que é nossa responsabilidade, como é de responsabilidade da Comissão de Fiscalização, desta Casa, fazer a fiscalização. E tenho certeza que o presidente da Comissão de Fiscalização, deputado Luiz Carlos Martins, fará também um trabalho no sentido de convocar o presidente, os membros daquela corte, para os esclarecimentos.

O Sr. Luiz Carlos Martins

Nobre deputado Ribas Carli, era bom lembrar mais uma vez, que todos os companheiros desta Casa lesem os artigos 75 e 76 da Constituição do Estado. É da maior importância. É só um detalhe importante: o Tribunal de Contas tem que apresentar a esta Casa, trimestralmente, o relatório de suas atividades e todas as suas atividades. De três em três meses. E no final do ano, o relatório anual. Nós precisamos fazer cumprir o que está na Constituição do Estado do Paraná.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Muito obrigado, deputado Luiz Carlos Martins.

Mas, ao concluir, senhor presidente, senhoras e senhores deputado, está aqui a prova de que o que estou falando é verdadeiro.

É mais do que evidente que o Tribunal de Contas, reafirmo novamente, pelo menos na situação de Maringá, ele tem que se declarar impedido de continuar fazendo qualquer trabalho, sob o risco de perder a sua credibilidade.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão)

Ainda no Horário das Lideranças; PTB.

(Declina)

Liderança do Governo, com a palavra, o deputado Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

A Bancada que dá sustentação política ao governo nesta Casa reuniu-se ontem à noite com o secretário da Fazenda e presidente da Copel, Ingo Hubert, e também

com o secretário-chefe da Casa Civil - Alcení Guerra. E, por decisão unânime dos deputados, aqueles que lá estavam presentes naquela reunião, senhor presidente, ficou deliberado e decidido que nós encaminharíamos pela transparência, pelo respeito à opinião pública e ao cidadão paranaense, encaminharíamos a constituição de uma Comissão especial para acompanhar, composta por deputados estaduais, todo o processo de privatização da Companhia Paranaense de Energia Elétrica.

Essa decisão da Bancada Governista busca exclusivamente fazer com que o Parlamento do Paraná saiba de todos os passos que estão sendo dados desde o momento da decisão da privatização até o final desse processo, que certamente resultará na privatização da Companhia Paranaense de Energia Elétrica.

O governo com isso busca total transparência, busca esclarecer, não só à Assembléia, mas a toda a sociedade paranaense, que a privatização da Copel neste momento, não é apenas um capricho ou uma vontade política só do governo Jaime Lerner, pelo contrário, trata-se de uma ampla decisão do governo federal de desestatizar o setor energético brasileiro. Isso está muito claro na Resolução 2515 do Conselho Monetário Nacional que restringe a todas as empresas elétricas públicas do país contraírem empréstimos internacional ou nacionais para poderem financiar o seu próprio desenvolvimento.

Se a Copel e as demais empresas públicas do Brasil não podem contrair empréstimos para financiar o seu próprio desenvolvimento, num curto espaço de tempo estariam inviabilizadas. Alguém poderia dizer: "Mas, a Copel dá um lucro, um resultado de 400 milhões de reais por ano". A bem da verdade, sim.

Mas isso neste momento, enquanto ela detém o monopólio, porque não existe lei mais forte e até mais verdadeira de que a lei da oferta e da procura, que é uma lei que nenhum de nós parlamentares podemos revogar. E com o fim do monopólio, com a privatização do setor energético no Brasil, com o fim do monopólio, automaticamente, qualquer empresa energética poderá vender energia aqui no Paraná.

Pasmem, os senhores! Aquele consumidor residencial que tiver um consumo de mais de 50 quilowatts/hora ao mês, poderá escolher por um simples comunicado a uma central, avisando a Copel, por exemplo, que deixará de ser consumidor da Copel e passará a ser consumidor da Cesp ou de outra empresa energética do Brasil.

Logo o faturamento da Copel será radicalmente diminuído, por uma questão muito simples, os maiores consumidores de energia elétrica no Paraná poderão ter a opção de comprar energia mais barata na concorrência, porque engessada que estará a companhia pública do Paraná, não poderá oferecer preço, não poderá oferecer descontos, porque obviamente estará sendo regida pela Lei 866, que é a lei de licitações públicas, estará sendo fiscalizada pelo Tribunal de Contas, estará sendo fiscalizada pelo Ministério Público e não terá nunca a mesma flexibilidade que tem a iniciativa privada.

Logo, ficaria ao Estado ou a Companhia Paranaense de Energia Elétrica de vender energia para iluminação pública para as cidades, ficaria a opção de vender energia para as propriedades rurais ou vender energia para os baixo consumidores que são verdadeiramente aquelas tarifas sociais que dão prejuízo, enquanto as contas altamente rentáveis, as grandes indústrias, os grandes shoppings centers teriam oportunidade de comprar energia de outras companhias energéticas do país a um preço menor.

Logo, por uma raciocínio lógico o lucro, o resultado, o lucro líquido de aproximadamente 400 milhões/ano despencaria da noite para o dia. Isto está previsto na desregulamentação dos setores, isto está previsto em todo o processo que o governo federal nos impõe.

Aliás, onde já foram privatizadas 23 companhias energéticas no Brasil, doze delas em governos administrados por partidos como o PSDB, onde o governo Mário Covas foi o grande protagonista das privatizações do setor energético do Brasil; oito delas privatizadas pelo PMDB, que nesta Casa tem se posicionado contra, e uma delas privatizada pelo PT, pelo governador do Espírito Santo, e duas privatizadas pelo partido da Frente Liberal.

Então, não se trata de uma imposição ou de uma vontade ou um capricho político do governador Jaime Lerner, mas uma imposição da desregulamentação do setor energético e uma imposição do governo federal.

Então, vejam os senhores, pela transparência, pelo amor e ao calor da discussão que vamos travar nos próximos dias o que nós propomos, senhor presidente? Propomos uma Comissão Especial para acompanhar todo o processo de privatização. Em segundo lugar fazemos um apelo e propomos ao mesmo tempo a vinda, um convite ao secretário Ingo Hubert, que é o secretário de Estado da Fazenda e presidente da Copel, para que ele venha a uma sessão pública da Assembléia discutir, debater o assunto privatização da Copel e para isto queremos fazer em conjunto com a Oposição uma outra sessão pública, traríamos também um, dois técnicos que pudessem vir aqui defender contra a privatização da Copel para que pudessemos estabelecer o contraditório e ainda numa terceira sessão pública, traríamos dois técnicos também de dentro do governo ou de fora do governo para defender a importância da desestatização do setor energético brasileiro. Teríamos as mesmas regras, tanto para o debate público indicado pela Oposição e pelo debate público indicado pelos deputados de Situação.

Então, fica esta sugestão.

E aí, senhor presidente, eu faria um apelo aos deputados Tony Garcia, Nereu Moura e aos demais deputados da Oposição que se nós queremos discutir à exaustão o processo de privatização ou não da Copel, não cabe a esta Casa neste momento, fazer isto a toque de caixa com regime de urgência que nos imporia a necessidade de estarmos votando a privatização ou não dentro de no máximo uma semana.

Então, até por amor a discussão, por estabelecermos o contraditório, vamos, deputado Tony, deputado Nereu e demais deputados que são subscritos do regime de urgência, abrir mão de seus pedidos; faremos um debate público com o Ingo, mais outro debate público com as indicações da Oposição, outro debate público com as indicações dos deputados de Situação e, ao final, estaremos aptos a discutir à exaustão o processo de privatização da Copel.

O Sr. Ricardo Chab

Permite um aparte, deputado?

(Assentimento)

Deputado Durval Amaral, estava ouvindo atentamente Vossa Excelência na tribuna, e me ocorreu quando o senhor falou que várias empresas de energia elétrica já foram privatizadas no Brasil, que Copel é uma empresa diferente. Nós não podemos comparar a Copel com a Companhia de Energia Elétrica do Pará.

Não podemos comparar a Copel com a Companhia Energética do Amazonas. A Copel é a maior produtora de energia do País. A Copel é uma empresa que produz energia e não só repassa. Quase 40% da energia produzida no Brasil sai daqui do Paraná.

Essa é a questão que levanto, nesta tarde, para poder entender o porquê. Se temos uma empresa produtora de energia e que é líder de mercado na produção de energia, por que vamos entregar essa empresa, para a iniciativa privada? Será que não deveríamos deixar isso como reserva de mercado? Eu tenho que entender mais a necessidade real da privatização da Copel, sendo ela como é, essa empresa excelente, que domina a tecnologia, que exporta tecnologia.

Eu, particularmente, tenho uma série de amigos que são engenheiros da Copel, pessoas que viajam o mundo, buscando tecnologia e ensinando as outras empresas.

Confesso ao senhor que votei contrário, aqui, nesta Casa, contra a privatização da Copel. Não preciso assinar documento, agora, porque a minha posição é conhecida lá atrás, em 1998.

Fico assustado quando vejo, deputado Durval Amaral, a sua vontade de explicar, mas não vejo ninguém do governo, nenhum secretário do Governo, ir a público explicar porque tem que vender a Copel. Não, precisa caixa, de dinheiro. O governo não tem dinheiro. Então, alguém vai ter que explicar. O que não pode ficar: é um projeto nacional de privatização. Espera um pouquinho! A Copel é diferente. A Copel é a Copel.

É a mesma coisa você ter um time o Ronaldinho e o Ricardo Chab. O Ricardo Chab não joga bola e o Ronaldinho é o craque. O Ricardo Chab não vale um real e o Ronaldinho vale 50 milhões. Então, não podemos comparar. Desculpe-me e perdoe-me, mas só vou ficar convencido da real necessidade da venda da Copel, quando uma autoridade do governo vier explicar para o Ricardo Chab, ou para a população do Paraná, que pre-

cisa vender a Copel, senão não tem dinheiro para a saúde. Precisa vender Copel, porque se não tem dinheiro para pagar o servidor público. Alguém vai ter que explicar o porque da venda da Copel.

Obrigado.

(Aplausos)

O SR. DURVAL AMARAL

Realmente não dá para comparar com uma empresa do Paraná, porque ela auferiu 867 milhões, enquanto que a Copel tem somente nove a dez bilhões de reais. Mas podemos comparar com a CPF, de São Paulo, ou com a Eletropaulo, de São Paulo, também, que são empresas de envergadura semelhante à Copel.

Agradeço o aparte dos nobres deputados, porque realmente é um assunto empolgante e que será objeto de muita discussão. Mas voltarei a esse plenário, a essa tribuna, no Horário do Grande Expediente.

Faço um apelo ao nobre presidente e deputados de Situação e Oposição, para que esse acordo possa ser selado e patrocinado pelo nosso presidente Hermas Brandão, para que a gente possa discutir à execução e sem paixão a privatização da Copel.

Muito obrigado.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (Pela Ordem)

Senhor presidente?

(Assentimento)

Senhor presidente, agradeço a deferência que fez o deputado Durval, que traz esse assunto em outras oportunidades, embora a nossa posição seja contra a venda da Copel, não vou aqui tecer comentários. Apenas, deputado Durval, quero colaborar com a sua sugestão e parabenizá-lo pela sugestão que deu na tribuna.

No Rio Grande do Sul, a Sessão da Assembléia Legislativa quase sempre é transmitida pela Guaíba. E quando é um assunto de interesse de todo o Estado, a imprensa toda transmite ao vivo as sessões na Assembléia Legislativa.

Que nós fizéssemos, aqui, deputado Durval, os técnicos que defendem a venda da Copel, em um dia e os que são contra, em outro dia. Vamos fazer o seguinte: vamos trazer dois que entendam que deve vender a Copel, dois que sejam contra a venda da Copel e vamos abrir a sessão, para o Paraná, em um debate público, para colocar à população, qual é a posição que essa Assembléia deverá tomar.

Muito obrigado.

O SR. TONY GARCIA

Pela Ordem, senhor presidente?

(Assentimento)

Fui citado pelo deputado Durval Amaral, em relação ao meu requerimento, para fazermos, aqui, um acordo com as Oposições que hoje também têm um requerimento sobre a mesa em Regime de Urgência.

Acho que neste momento deve ser discutido, mas de maneira nenhuma eu aceitaria retirar esse meu requerimento hoje da mesa, se não for de acordo com a Oposição. Acho que isso é uma coisa que nós temos que discutir eu não sei se o líder Durval Amaral já discutiu isso com a Oposição, se for de entendimento da Oposição, aí eu concordo com o debate, e prefiro que o debate seja igual sugeriu o nobre deputado Augustinho Zucchi, não só nós discutirmos, mas aberto para toda a população, com as galerias, com todas as manifestações possíveis dos paranaenses que são os verdadeiros donos da Copel.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Liderança da Oposição.

Com a palavra o deputado Waldyr Pugliesi.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Senhor presidente e senhores deputados.

Tenho em minhas mãos um exemplar da Gazeta do Povo de 04 de fevereiro de 1996, uma entrevista do governador do Estado: “Copel não está à venda”, afirma o governador. “A Oposição está fazendo muitas críticas a respeito das ações da Copel. Afinal o governo pensa em privatizar a Copel, senhor governador”. Lerner: “De forma alguma, o governo do Estado nunca pensou em se desfazer da Copel, uma empresa pública, exemplar, que é motivo de orgulho de todo paranaense.” Diz mais o governador: “Sou um social democrata, não estou aqui para torrar o patrimônio público.”

Bom, senhor presidente e senhores deputados, outro dia falei que esse governo, em determinados assuntos tem a mesma intimidade que o ventre da cobra tem com o chão, está ligadinho; e com o ofídio também, tem uma língua bipartida, falam aquilo que bem interessa, quando interessa. A língua bipartida é para fazer dois discursos, um está nos Anais da história, um dos grandes jornais desse Estado, na Gazeta do Povo, 04 de fevereiro de 1996: “Copel não está à venda, sou um social democrata, não vou torrar o patrimônio público e essa coisa toda.”

Mas a teoria na prática é outra. Eu gostaria de dizer ouvindo o discurso do líder do Governo, ouvindo o discurso daqueles que chamei de “funqueiros” da privatização, já, já vão mudar o nome da Copel, não vai ser mais Copel, não é mesmo, deputado Luiz Carlos Zuk, Vossa Excelência que luta tanto contra a venda da Copel? Já, já o nome da Copel, pelas desqualificações que o próprio governo coloca sobre ela vai ter um novo nome: “Rainha da Sucata”, não vale para nada, não vai ter dinheiro para pegar emprestado, não vai poder competir, não vai ter linha para transmitir, não vai gerar energia. Mas olha aqui, olha, esse discurso do líder do governo, dos companheiros do governo é aquilo que está repercutindo lá, com a baixa das ações anunciadas.

O governo vem aqui dizer o seguinte: “Nós queremos uma ampla discussão”.

Senhor líder do Governo, ligue para o surdo do Palácio Iguaçu, aquele que não ouve o reclamo popular, para ele cancelar os editais para venda, porque os editais estão correndo, eles estão correndo. Aqui se adota a seguinte postura: “Vamos engambelar porque eles são poucos, o povo não vai ficar sabendo disso, na hora que quisermos vamos consumir o estupro!”

Outra coisa, Ingo Hubert, este que está lá, dentro da Copel para desmoralizar a Copel, para jogar a Copel para baixo, esse tem que ser convocado para vir aqui! Vamos acabar com esta falta de verdade nas nossas posições! Esta Assembléia Legislativa, ela tem que ter o pesoço erguido! Aqui só se consegue alguma coisa se vamos fazer acordo: “Se for convidado.” Convidado coisa nenhuma, é um Poder! A democracia tem três Poderes e o Legislativo é um deles e ele não pode ser quebrantado! Não pode!

Outra coisa, esta Comissão de sete membros, para quê? Para ficarmos lá? Somos contra a privatização. Para quê vamos dar um aval de seriedade numa comissão que, me perdoem, não vai chegar ao lugar que pretendemos que ela chegue? Estamos aqui fazendo o contraditório, estamos numa posição bem clara. E chamo a atenção, mais uma vez, deste assunto, aqueles que não querem tratar seriamente do assunto, não tratem, mas não podemos abdicar, não podemos nos demitir nas nossas funções.

Discursos, senhor presidente, que dizem o quê da Copel? Vi um absurdo, gostaria de ver isso funcionar na prática, como é que seria? Me lembrem, que me ocorre na cabeça, vou falar de um novo estelionato que está em gestação. Imaginem, a Copel tem milhares e milhares de linhas, agora, daqui a pouco quando dizem: “Qualquer um poderá vir vender a sua energia aqui”. Pois bem, a energia da Copel - não sou especialista - fica entre 4 a 10 MW, a das termelétricas fica em 70 e esses aí que são os adoradores do novo Deus, Molok, que é este neo-liberalismo maldito e estão concluindo, até é um paradoxo, que aqueles que têm geração, que têm preço baixo, que têm linha de transmissão, que está com toda a distribuição na mão, vão perder para estas sucateadas empresas de fora que estão pretendendo vir aqui!

Quero fazer uma denúncia, sim, me lembro que tínhamos aí, na boca da eleição, uma discussão muito grande, mais ou menos desse tamanho, que está se verificando agora com a Copel, no campo do pedágio, e aí o que fizeram? Na boca da eleição falaram: “Vamos reduzir as tarifas do pedágio”. E praticaram um estelionato eleitoral porque descumpriram a lei que tinham, através dos contratos! Mas o objetivo era um único só: ganhar as eleições, para continuar esta política predatória que impuseram ao Paraná.

Agora vem a minha denúncia, já está em maturação, em clonagem, lá não sei em que útero estão formatizando esse monstro, vão fazer o quê? Jogam a privatização como um fato consumado desde a geração

até a transmissão, a distribuição, a informática, telecomunicação, tudo, mas na hora, na boca da eleição, eles falam assim: nós, como já tínhamos na boca da eleição diminuído o preço do pedágio, vamos tirar a geração da energia, essa ficará sobre o poder público, essa ficará com o governo do Estado que mais uma vez acaba ouvindo a voz do povo. É outro estelionato, olha o que estou dizendo: é um monstro que estão preparando para jogar lá adiante, nós todos estamos aqui, nesse caso, me permitam dizer, caro líder, Nereu Moura, com alguma coisa parecida com a história do bode: Um cidadão procurou determinado prefeito pedindo um favor que era impossível de ser cumprido, ser atendido pelo prefeito, aí o prefeito falou o seguinte: Olha, além de não poder lhe atender nesse momento, eu vou pedir um grande favor para você, meu companheiro, estou com esse bode aqui, que está aí criando mil problemas, eu gostaria que você levasse ele para sua casa e ficasse cuidando dele lá. E lá foi aquele contribuinte, aquele companheiro do prefeito com aquele bodão tão bem cheiroso, para casa, aí o bode ficou pulando lá para tudo quanto é lugar, quebrou todas as cristaleiras, aprontou um desgraça lá e, depois de 6 meses esse cidadão foi chamado pelo Prefeito que falou: Olha companheiro, tenho uma grande notícia para você, eu vou retirar o bode da sua casa, Graças a Deus, você é melhor prefeito do Mundo. Ele foi lá para pedir um favor, ele jogou uma bomba em cima dele e depois na hora de grande desgraça ele volta lá e aquele que foi o homem que praticou esse ato em cima desse cidadão é tido como bom. É o que o seu Jaime Lerner está querendo fazer, está querendo fazer com que nós fiquemos com toda essa carga e lá na frente ele fala assim: Olha, na realidade não vamos fazer a privatização em geral porque nós ouvimos...isso está em gestação, e nós queremos condenar tudo isso.

E nós da Oposição, estamos cansados desse tipo de comportamento do governo. O governo só fala o que ele quer ele não se submete à vontade de ninguém.

Eu acredito que esse tema, nobre líder, tem que ser aprofundado, debatido, essa Casa precisa marcar esse período histórico com a sua marca.

O Sr. Durval Amaral

Quero rapidamente dizer o seguinte: esse discurso neoliberal que toma conta do país é o mesmo discurso neoliberal que levou outros governadores do PMDB entre eles, Antonio Brito, Marito Vilela, e tantos outros a privatizar as suas companhias de energia elétrica, e mais 12 governadores do PSDB a privatizar as suas companhias energéticas, e mais um governador do PT a privatizar a sua companhia de energia elétrica.

Então, veja só, é a realidade, claro que o seu discurso é forte, é contundente e nós vamos aqui exaurir a questão da privatização da Copel e das demais empresas de energia elétrica.

Tenho certeza que a Lei 9.074 de 25 de julho de 1995, que é a Lei que desregulamentou o setor foi ampla-

mente aprovado no Congresso Nacional com o apoio do PMDB, que inclusive, faz parte da sustentação política do governo.

Em nenhum momento pelo que me consta o PMDB enquanto partido forte do governo federal se desvinculou dessa lei apresentando projetos para revogar, inclusive, a desregulamentação do setor.

Muito obrigado.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Vivo a política há muito tempo, um partido tem várias tendências.

Eu, por exemplo, fiz a campanha dos candidatos à presidência da República que estavam em consonância com a minha maneira de pensar. Não venham querer engessar a posição nossa aqui, porque esses peemedebistas entre aspas, existem aos montes por aí. Em determinado momento tomaram essa ou aquela decisão.

Nós somos políticos de um caminho e rumo só. Tanto é que estamos em dissidência com a direção nacional do PMDB. Nós não concordamos com aquilo que eles estão fazendo lá por cima. É o contraditório.

O que nós precisamos estabelecer aqui, e certamente eu faço uma conclamação.

Para que amanhã e nos próximos dias façamos essa discussão.

Não colhi ainda a opinião da Oposição, mais esse Ingo Hubert, vindo aqui, não esgota coisa nenhuma da dispersão da Copel. A imprensa me falou: - “Escuta, vocês estão perdendo de dois a um”. “Virá o Ingo, depois um de você e outro deles”.

Eu disse: “Olhe, estou rouco (ironicamente falando), de ouvir o blá, blá, blá desmontista do seu Ingo Hubert e “troupe” que está empenhada nesse desmonte. Por quê?

Mas, nem com duas Copel esse governo não cobre o furo, porque já vem o furo dos precatórios aí. Será obrigado o governo a pagar a partir de 2001. E daí, aonde está a Copel? Ah, já foi vendida! E vão vender o quê?

É preciso que tenhamos em mente o seguinte: “ao rei tudo, menos a honra”.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, Ofício nº 039/2001, subscrito pelo senhor deputado Antonio Baratter, constante do expediente, solicitando 02 (duas) passagens e 02 (duas) estadias para si e seu acompanhante, para participar de um Seminário: Telefonia, Regulação e seus impactos para consumidor no Estado de São Paulo, onde proferirá uma

palestra. **Aprovado. À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado. À Diretoria Legislativa.**

Projetos de lei em nºs de 02 (dois) de autoria do senhor deputado Edson Strapasson, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados. À Diretoria Legislativa.**

Projetos de lei em nºs de 03 (três) de autoria dos senhores deputados Irineu Colombo e Hermes Fonseca, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados. À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado. À Diretoria Legislativa.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados.

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 478/97, autoria do deputado Elio Lino Rusch, que autoriza o Poder Executivo a estadualizar a estrada intermunicipal que liga a sede do município de Guaraniaçu ao município de Altamira do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 648/97, de autoria do deputado Elio Lino Rusch, que autoriza o Poder Executivo a criar a região administrativa da Alta Costa Oeste. COM PARACER FAVORÁVEL DA C.C.J..

Sobre o referido projeto, Emenda Supressiva de Plenário, de autoria do senhor deputado Durval Amaral, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO PROJETO DE LEI Nº 648/97

A presente emenda visa suprimir os artigos 2º e 3º, remunerando o artigo 4º como 2º, retirando a expressão “revogadas as disposições em contrário”, conforme segue:

“Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação”.

Sala das Sessões, em 13.03.2001.

(a) DURVAL AMARAL

Apoioamento:

Luiz Accorsi, Miltinho Pupio, Antonio Baratter, Nelson Tureck e Antonio Carlos Belinati.

JUSTIFICATIVA:

As alterações propostas visam sanear a proposição de lei no que respeita a invasão de competência reservada

ao governador para propositura de leis conforme dispõe o artigo 66 da Constituição Estadual.

As providências administrativas decorrentes da aprovação deste Projeto de Lei, serão determinadas pelo Chefe do Poder Executivo, no exercício do seu poder regulamentar.

O dispositivo invade competência regulamentar que é exclusiva da administração pública segundo critérios de conveniência e oportunidade, precedidos da observância dos princípios constitucionais que regem os atos da administração pública (art. 27 da Constituição Estadual).

A supressão da expressão final do artigo 4º, “revogando as disposições em contrário”, prende-se a necessidade de aprimorar a técnica legislativa segundo as normas gerais sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis, ditadas pela Lei Complementar 95/98.

O projeto retorna à Comissão de Constituição e Justiça.

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 683/97, de autoria do deputado Joel Coimbra, que denomina de “Campus Universitário Prefeito Adriano José Valente” o atual Campus da Universidade Estadual de Maringá. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.O.P.T.C..

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do senhor deputado Durval Amaral, constante do expediente, solicitando seu arquivamento. **Aprovado.** Fica portanto, arquivado o Projeto de Lei nº 683/97.

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 052/99, de autoria do deputado Augustinho Zucchi, Carlos Simões e Irineu Colombo, que dispõe sobre as normas sanitárias para a elaboração e comercialização de produtos agroartesanais de origem animal e vegetal, oriundos da agricultura familiar, no Estado do Paraná e adota outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.S.P. e C.A.I.C., C.E.M.A.. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA C.S.P.

Sobre o referido projeto Emenda Supressiva de Plenário ao Substitutivo Geral, de autoria do senhor deputado Durval Amaral, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE PROJETO DE LEI Nº 052/99

P A R E C E R :

Relatório

O projeto de lei em tela, de autoria dos deputados Carlos Simões, Irineu Colombo e Augustinho Zucchi, tem por objetivo estabelecer normas sanitárias para a elaboração e comercialização de produtos agro-

artesanais de origem animal e vegetal, oriundos da Agricultura Familiar no Estado do Paraná e adota outras providências.

Fundamentação

O presente projeto de lei pretende facilitar a elaboração de produtos agroartesanais diminuindo as dificuldades estruturais hoje enfrentadas pelos agricultores, estabelecendo que a responsabilidade frente ao consumidor caberá ao produtor, desde que, cumpridos os requisitos da lei.

Conclusão

No que compete a esta missão se manifestar, conforme atribuição conferida pelo § 14, do artigo 33 do Regimento Interno desta Casa, nos posicionamos favoravelmente a aprovação da matéria, na forma da emenda substitutiva geral apresentada pela Comissão de Saúde Pública.

É o Parecer Favorável.

Sala das Comissões, em 31.10.2000.

(aa) CLEITON KIELSE - Presidente
DIVANIR BRAZ PALMA - Relator

EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO AO SUBSTITUTIVO GERAL, AO PROJETO DE LEI Nº 052/99

A presente emenda supressiva, tem por objetivo suprimir do texto do Substitutivo Geral ao Projeto de Lei nº 052/99, seus artigos 3º, 4º, 5º e 13º remunerando os artigos subseqüentes, além de subtrair do artigo 14, a expressão “revogadas as disposições em contrário”, conforme segue:

Art. 10 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 13.03.2001.

(a) DURVAL AMARAL

Apoiamento:

Miltinho Puppio, Antonio Baratter, Nelson Tureck,
Antonio Carlos Belinati.

JUSTIFICATIVA:

A proposição das emendas justifica-se ante a necessidade de sanear a proposição relativamente à inconstitucionalidade contida em seu artigo 3º, 4º, 5º e 13 da proposta legislativa, consubstanciada no vício de origem posto que a iniciativa do processo legislativo que atribui atividade de natureza administrativa a órgão da administração pública (direta ou indireta) é exclusiva do Governador sempre que necessária aprovação do Poder Legislativo (artigo 66, inciso IV, da Constituição Estadual).

Já a supressão da expressão “revogadas as disposições em contrário”, justifica-se para efeito de adequar o Projeto de lei, à técnica legislativa ditada pela Lei Complementar 95, de 25 de fevereiro de 1998, que define as normas gerais para elaboração, redação, alteração e consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do artigo 59 da Constituição Federal.

O projeto retorna à Comissão de Constituição e Justiça.

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei Nº 592/99, de autoria do deputado Divanir Braz Palma que autoriza o Poder Executivo a instituir a obrigatoriedade de adaptação de hotéis do Estado do Paraná, para atender necessidades dos deficientes físicos e dá outras providências. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do senhor deputado Divanir Braz Palma, constante do expediente, solicitando o arquivamento do Projeto de Lei nº 592/99. **Aprovado.**

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA

Para discutir.

Senhor presidente, fomos surpreendidos com um projeto de 97 que já foi aprovado e que trata desta matéria, que é a disponibilização de quartos dos hotéis de todo o Paraná para dar condições para portadores de deficiências físicas e que possam se movimentar em cadeiras de rodas, entrar no quarto, no banheiro.

É uma pena que essas leis nossas são aprovadas e não são colocadas em prática. Hoje nós temos no Brasil, em torno de 20% de pessoas com deficiências físicas.

Quero fazer um apelo: a Vossa Excelências aqui. Vou retirar o meu projeto, porque seria uma redundância, mas acho que possamos trabalhar em cima dessa lei que já foi promulgada e sancionada pelo governador Jaime Lerner, para que entre na prática e para que possamos fazer cumprir a vontade do povo do Paraná que foi quando os deputados votaram essa lei.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Fica portanto, arquivado o Projeto de Lei nº 592/99.

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 628/99, de autoria dos deputados Tiago de Amorim Novaes, e Luiz Carlos Alborghetti, que torna obrigatória nos estabelecimentos da rede pública e particular de ensino, a inclusão nos currículos das disciplinas de química e biologia de aulas sobre a constituição química e efeitos de substâncias que causam dependência física ou psíquica e drogas psicotrópicas. COM PARECER CONTRÁRIO DA C.C.J.. COM, PARECER FAVORÁVEL DA C.E.M.A..

Sobre o referido projeto substitutivo geral de Plenário, de autoria do senhor deputado Durval Amaral, devidamente apoiado, nos seguintes termos:

SUBSTITUTIVO GERAL DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 628/99

“Art. 1º - Autoriza o Poder Executivo a incluir nos currículos da rede pública e particular de ensino, nas dis-

ciplinas de química e biologia, aulas sobre a constituição química e efeitos no ser humano de substâncias que causam dependências física ou psíquica e drogas psicotrópicas.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.”

Sala das Sessões, em 13.03.2001.

(a) DURVAL AMARAL

Apoiamento:

Luiz Accorsi, Miltinho Pupio, Antonio Baratter, Nelson Tureck, Antonio Carlos Belinati

JUSTIFICATIVA:

Tem por objetivo a presente emenda, sanear proposta no que respeita a inconstitucionalidade consubstanciada na afronta à vedação estabelecida no artigo 167 inciso IV da Constituição Estadual, posto que a providência proposta, além de disciplinada em legislação de abrangência nacional, a LDB, diz respeito a atribuição específica de Secretaria de Estado, no caso, a da Educação, competente, segundo suas funções institucionais, para regulamentar a matéria.

A iniciativa legislativa reservada ao governador nos incisos do artigo 167 referido, nada mais é do que a garantia da divisão e harmonia dos Poderes que, em suma é o sustentáculo do Estado de Direito.

Já a supressão da expressão “revogadas as disposições em contrário”, justifica-se para efeito de adequar o projeto de lei, à técnica legislativa ditada pela Lei Complementar 95, de 25 de fevereiro de 1998, que define as normas gerais para elaboração, redação, alteração e consolidação das leis, conforme determina o Parágrafo Único do artigo 59 da Constituição Federal.

O projeto será encaminhado à C.C.J..

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 419/2000, de autoria do deputado Duílio Genari, que declara de Utilidade Pública o “Grupos de Idosos Voltamos a Sorrir de Bom Princípio”, com sede e foro no município de Toledo. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 420/2000, de autoria do deputado Duílio Genari, que declara de Utilidade Pública o “Conselho de Amigos e Colaboradores do Centro Social Urbano Educacional doutor Walter Fontana”, com sede e foro no município de Toledo. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 424/2000, de autoria do deputado Marcos Isfer, que declara de Utilidade

Pública a Associação de Moradores e Desportiva Nova Vila - Amdesnovi, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 663/2000, de autoria do deputado Beraldin, que orienta a implantação de distritos industriais ecológicos e dá outras providências conforme especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.E.M.A.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 206, de 24.11.97)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 663/97

P A R E C E R :

Relatório

De autoria do deputado Beraldin, o presente projeto visa a instituir a implantação de Distritos Industriais Ecológicos no Estado do Paraná e dá outras providências conforme especifica.

Fundamentação

Pela análise do projeto, alcançamos que a matéria tem sua competência comum e concorrente, delegada pelos artigos 23 e 24, da Constituição da República Federativa do Brasil e pelo artigo 207 da Constituição do Estado do Paraná, que são de clareza plena e de onde transcrevemos, para melhor fundamentação.

Constituição Federal, 1988 -

Art. 23 - É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios:

(omissis)

VI - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;

(omissis)

Art. 24 - Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(omissis)

VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção ao meio ambiente e controle da poluição;

(.....)

VIII - responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;

(omissis)

§ 1º - No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.

§ 2º - A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.

§ 3º - Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.

§ 4º - A superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia de lei estadual, no que lhe for contrário.

(grifos nossos)

e ainda,

Constituição Estadual, 1989 -

Art. 207 - Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado bem de uso comum e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Estado, ao município e à coletividade o dever de defendê-lo preservá-lo para as gerações presentes e futuras, garantindo a proteção dos ecossistemas e o uso racional dos recursos ambientais.

Parágrafo 1º - Cabe ao Poder Público, na forma da lei, para assegurar a efetividade deste direito:

(.....)

IV - Instituir as áreas para serem abrangidas por zoneamento ecológico, prevendo as formas de utilização dos recursos naturais e a destinação de áreas de preservação ambiental e de proteção de ecossistemas essenciais;

(.....)

Conclusão

Pelo exposto, a iniciativa do projeto em epígrafe, **não representa óbices de ordem constitucional** que impeça sua normal tramitação, já que encontra-se amparo no diploma constitucional do Estado do Paraná e da República.

Contudo, o presente projeto **deverá ser submetido ao siso da Comissão de Agricultura Indústria e Comércio - C.A.I.C.**, a quem é pertinente a manifestação final e **que detém a competência para tratar a matéria em seu mérito**, indicando o amparo legal naquela comissão e seu enquadramento nas Lei nº 59/92 bem como ao mérito relativo ao benefício fiscal.

Desta forma, somos pelo Parecer Favorável, opinando-se por sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30.06.1998.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

WALMOR TRENTINI - Relator

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE PROJETO DE LEI Nº 663/97

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Beraldin, tem por objetivo orientar a implantação de Distritos Industriais Ecológicos e dá outras providências, conforme especifica.

Chamada esta Comissão a se manifestar, nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso Parecer é Favorável.

Sala das Comissões, em 10.08.1998.

(aa) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Presidente

HORÁCIO RODRIGUES - Relator

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do projeto de Lei nº 031/99, de autoria do deputado Beraldin, que institui o Bônus Verde - Paraná Mais Limpo e dá outras providências, conforme especifica. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM PARECER CONTRÁRIO DA C.E.M.A.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 008, de 01/03/99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 031/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do deputado Beraldin, tem por objetivo instituir no Estado do Paraná, o Bônus Verde, (Paraná Mais Limpo), dando outras providências, visando proporcionar benefício fiscal e financeiro às empresas Paranaenses que utilizem no seu processo produtivo, como matéria prima, resíduos poluidores oriundos do processo produtivo de outras empresas.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, da referida proposição, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 13.04.1999.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

WALDYR PUGLIESI - Relator

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE PROJETO DE LEI Nº 031/99

P A R E C E R :

De autoria do deputado Beraldin, o Projeto de Lei nº 031/99, institui o Bônus Verde - Paraná Mais Limpo e dá outras providências, conforme especifica.

Procedida a análise da matéria, verificamos que o incentivo ao aproveitamento de resíduos é positivo e muito importante, especialmente quando se trata de aproveitamento ocorrendo entre empresas paranaenses, o que evita a "importação" de resíduos por nossas empresas que os utilizam em sua produção.

No Paraná, o IAP já vinha adotando o princípio da minimização da geração de resíduos, através da adoção de processos de baixa geração dos mesmos, que agora foi consubstanciado na recente Lei Estadual nº 12.493, de 22 de janeiro de 1999 que dispõe sobre princípios, procedimentos, normas e critérios referentes a resíduos sólidos no Paraná. Assim sendo, o projeto de lei em apreciação contrapõe-se à diminuição e/ou eliminação da geração de resíduos, que julgamos ser o conceito básico para a eliminação do desperdício de recursos e da causa de inúmeros problemas ambientais.

Em que pese a boa intenção do nobre autor do projeto de lei de proporcionar benefício às empresas que utilizem em sua produção resíduos sólidos de outras empresas, infelizmente entende-se que há, primeiro a

obrigação de minimizar na geração de resíduos, obrigação esta que fica em segundo plano quando trata-se de bonificar uma ação de aproveitamento daquilo que deveria ser minimizado. É fundamental, portanto, que antes de criar-se incentivos seja instituído um Sistema de Gestão de Resíduos, conforme estabelece e já referida Lei Estadual 12.493/99.

Diante destas considerações, somos de Parecer Contrário ao presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 13.04.1999.

(aa) CLEITON KIELSE - Presidente

ALGACI TÚLIO - Relator

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 035/2000, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova a prestação de contas de verbas de ressarcimento dos senhores deputados, referente ao exercício financeiro de 2000, regulamentada pela Resolução nº 15/92, de 19 de junho de 1992. COM PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS. **Aprovado.**

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 035/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º - Fica aprovada a prestação de contas da verba de ressarcimento os senhores deputados, referente ao exercício financeiro de 2000, regulamentada pela Resolução 15/92 de 19 de junho de 1.992.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 15.12.2000

(a) COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS
PROPOSIÇÃO 70/2000

P A R E C E R :

Encaminhada a esta Comissão a proposição em epígrafe, prestando contas da verba de ressarcimento dos senhores deputados, referente ao exercício financeiro de 2.000, regulamentada pela Resolução nº 15/92.

Analisando o relatório da aplicação supracitada e demais peças anexadas, constatamos que o todo encontra-se de conformidade com a legislação em vigor, não restando qualquer dúvida quanto à exatidão das contas prestadas.

Assim sendo, e pelo acima exposto, entende este relator em aprovar a presente proposição.

É o Parecer-Favorável.

Sala das Comissões, em 15.12.2000.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente

LUIZ ACCORSI - Relator

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 358, de autoria do senhor deputado Eli Ghellere, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 405, de autoria do senhor deputado Durval Amaral, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. WALDYR PUGLIESI (**Pela Ordem**)

Para discutir, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 406, de autoria dos senhores deputados Durval Amaral, Ademar Traiano, Fernando Ribas Carli, Plauto Miró Guimarães, Nelson Tureck, Mil-tinho Pupio e Antonio Belinati, constante do expediente. Em Discussão.

O SR. WALDYR PUGLIESI (**Pela Ordem**)

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, ma forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 403, de autoria do senhor deputado Antonio Baratter, constante do expediente. Em Discussão.

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, ma forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 397, de autoria do senhor deputado Nereu Moura, com apoioamento dos senhores deputados Irineu Colombo, Sérgio Spada, Edson Strapasson, Algaci Tulio, Hermes Fonseca e demais senhores deputados, constante do expediente. Em Discussão.

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Para discutir, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, ma forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimentos nºs 388 e 396, de autoria do senhor deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 390 e 391, de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 392, de autoria do senhor deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 393, de autoria do senhor deputado Edson Strapasson, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 404, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 407 a 410, de autoria do senhor deputado Ademir Bier, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 412, de autoria do senhor deputado Hermes Fonseca, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 413, de autoria do senhor deputado Elio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 14, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - da Proposição nº 069/2000.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 154/99.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 663/97, 031, 267, 317/99 e do Resolução nº 035/2000.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 134 e 374/99.

Levanta-se a sessão.

Atos da Comissão Executiva:

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições

R E S O L V E :

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 354/99

I - exonerar, a pedido, JOSÉ ANTÔNIO PEREIRA COSTA, do cargo em Comissão, símbolo 6-C, do Gabinete do deputado Beraldin, a partir de 1º de setembro de 1999;

II - prover, DÉLCIO PEREIRA COSTA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 6-C, do gabinete do deputado Beraldin, a partir de 1º de setembro de 1999, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, com base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o artigo 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 01.09.99.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 355/99

I - exonerar, a pedido, EDSON DUPSK, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do gabinete da Liderança do PT, a partir de 1º de setembro de 1999;

II - prover, MARIELZA CRISSI HOHL, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do gabinete da Liderança do PT, a partir de 1º de setembro de 1999.

(Prot. nº 8205/99)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 03.09.99.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 356/99

I - exonerar, a pedido, NILTON SILVESTRE DOS SANTOS, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-3, do gabinete do deputado Nereu Moura, a partir de 1º de setembro de 1999;

II - prover, JOCINÉIA ALVES LEITE, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-3, do gabinete do deputado Nereu Moura, a partir de 1º de setembro de 1999.

(Prot. nº 8235/99)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 09.09.99.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 359/99

I - exonerar, a pedido, DINIZ ABADE, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-3, do gabinete do deputado Valdir Rossoni, a partir de 1º de setembro de 1999;

II - prover, MÁRCIO COELHO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-3, do gabinete do deputado Valdir Rossoni, a partir de 1º de setembro de 1999.

(Prot. nº 8298/99)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 10.09.99.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 360/99

I - exonerar, a pedido, JORGE LUIZ ROCHA, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-2, do gabinete da Liderança do PPB, a partir de 1º de setembro de 1999;

II - prover, FERNANDA RENAUD DE OLIVEIRA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-2, do gabinete da Liderança do PPB, a partir de 1º de setembro de 1999.

(Prot. nº 8330/99)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 13.09.99.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 361/99

I - exonerar, a pedido, VALÉRIO KURTEN BARATTER, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-2, do gabinete do deputado Antônio Carlos Baratter, a partir de 1º de setembro de 1999;

II - prover, LEANDRO CRISTIANO BLATISLAV DA SILVA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo

1GP-2, do gabinete do deputado Antônio Carlos Baratter, a partir de 1º de setembro de 1999.

(Prot. nº 8403/99)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 362/99

I - exonerar, a pedido, IZAURA DOS SANTOS MACHADO, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete da Liderança do PSL, a partir de 1º de setembro de 1999;

II - prover, ANTÔNIO ROBERTO FILHO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete da Liderança do PSL, a partir de 1º de setembro de 1999.

(Prot. nº 8414/99)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 363/99

I - exonerar, a pedido, SÉRGIO PAVEZI, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-3, do gabinete do deputado Miltinho Pupio, a partir de 1º de setembro de 1999;

II - prover, CLÁUDIO DOS SANTOS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-3, do gabinete do deputado Miltinho Pupio, a partir de 1º de setembro de 1999.

(Prot. nº 8419/99)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 364/99

I - exonerar, a pedido, WALDOMIRO CAMARGO, do cargo em Comissão, símbolo DAS-4, de Coordenador da Coordenadoria de Assessoramento Técnico, da Diretoria Legislativa, a partir de 1º de setembro de 1999;

II - prover, JOÃO MARCOLINO JÚLIO RIBEIRO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-4, de Coordenador da Coordenadoria de Assessoramento Técnico, da Diretoria Legislativa, a partir de 1º de setembro de 1999, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o artigo 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 365/99

I - exonerar, a pedido, os funcionários abaixo relacionados, todos ocupantes de cargo em Comissão, junto ao gabinete da 2ª vice-Presidência, deste Poder, a partir de 14 de setembro de 1999, conforme especifica:

DAS-5: JOSÉ TEODOMIRO MARTINS

DAS-5: VÍTOR MULLER BERNARDI

4-C: LEANDRO APARECIDO MORAES

6-C: MARIA HELENA DOS SANTOS CAPEL.

II - prover, os funcionários abaixo relacionados, para exercerem cargos em Comissão, junto ao gabinete

da 1ª vice-Presidência deste Poder, a partir de 14 de setembro de 1999, conforme especifica:

DAS-4: JOSÉ TEODOMIRO MARTINS

DAS-5: VÍTOR MULLER BERNARDI

3-C: PEDRO CLAUDIONOR DOS SANTOS

4-C: LEANDRO APARECIDO MORAES

6-C: MARIA HELENA DOS SANTOS CAPEL.

III - autorizar os funcionários acima relacionados, a prestarem serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seus vencimentos básicos, de acordo com o artigo 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 366/99

I - exonerar, a pedido, SIDNEI JOSÉ TOALDO, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete da 1ª Secretaria deste Poder, a partir de 1º de setembro de 1999;

II - prover, MARIA INÊS MOURA REZENDE, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete da 1ª Secretaria deste Poder, a partir de 1º de setembro de 1999, ficando a mesma autorizada a prestar serviços em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o artigo 177, da Lei nº 6.174 de 16 de novembro de 1970.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 367/99

I - exonerar, a pedido, ZENEIDE SANTIAGO DOS SANTOS, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Ademar Luiz Traiano, a partir de 1º de setembro de 1999;

II - prover, MÁRCIA RODRIGUES DE LARA BUSETTI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Ademar Luiz Traiano, a partir de 1º de setembro de 1999.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 368/99

I - exonerar, a pedido, ÂNGELA SUELI MARIOTTO, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-2, do gabinete do deputado Hidekazu Takayama, a partir de 1º de setembro de 1999;

II - prover, ÂNGELA SUELI MARIOTTO para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-3, do gabinete do deputado Hidekazu Takayama, a partir de 1º de setembro de 1999;

III - exonerar, a pedido, WILSON ROBERTO SANTANA, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-2, do gabinete do deputado Hidekazu Takayama, a partir de 1º de setembro de 1999;

IV - prover, WILSON ROBERTO SANTANA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2GP-2, do gabinete do deputado Hidekazu Takayama, a partir de 1º de setembro de 1999;

V - exonerar, a pedido, VALDIR ROMANO, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Hidekazu Takayama, a partir de 1º de setembro de 1999;

VI - exonerar, a pedido, RUMILDO MATOS DE LIMA, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-4, do gabinete do deputado Hidekazu Takayama, a partir de 1º de setembro de 1999;

VII - exonerar, a pedido, MELISSA GUERRA PRESTES, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do gabinete do deputado Hidekazu Takayama, a partir de 1º de setembro de 1999;

VIII - exonerar, a pedido, MARCELO PRESTES, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do gabinete do deputado Hidekazu Takayama, a partir de 1º de setembro de 1999;

IX - prover, RUMILDO MATOS DE LIMA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2GP-5, do gabinete do deputado Hidekazu Takayama, a partir de 1º de setembro de 1999;

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 14.09.99

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 369/99I

I - exonerar, a pedido, GERSON FONSECA, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete da Liderança do PSB, a partir de 1º de setembro de 1999;

II - prover, JUNES MARTA PASCUAL PONCE, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete da Liderança do PSB, a partir de 1º de setembro de 1999;

(Prot. nº 8463/99)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 370/99I

I - exonerar, a pedido, GERSON MEURER, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-4, do gabinete do deputado Duílio Genari, a partir de 1º de setembro de 1999;

II - prover, PAULO RICARDO DE BONA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-4, do gabinete do deputado Duílio Genari, a partir de 1º de setembro de 1999;

(Prot. nº 8449/99)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 371/99I

I - exonerar, a pedido, AMÉLIO DOS REIS, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-3, do gabinete do deputado Antônio Carlos Baratter, a partir de 1º de setembro de 1999;

II - prover, FRANCISCA APARECIDA RODRIGUES PEREIRA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-3, do gabinete do deputado Antonio Carlos Baratter, a partir de 1º de setembro de 1999;

(Prot. nº 8477/99)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 15.09.99

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 372/99

I - exonerar, a pedido, LUIZ CARLOS MARQUES DE LEÃO, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do gabinete do deputado Marcos Isfer, a partir de 1º de setembro de 1999;

II - prover, SELONITE FÁTIMA CARRARO, para exercer o cargo em comissão, símbolo 1GP-5, do gabinete do deputado Marcos Isfer, a partir de 1º de setembro de 1999.

(Prot. nº 8501/99)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 16.09.99.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 373/99

I - exonerar, a pedido, WELINGTON LUIZ MOTIN, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-4, do gabinete do deputado Edson Strapasson, a partir de 1º de setembro de 1999;

II - prover, AIRTO LUIS BERTOLIN, para exercer o cargo em comissão, símbolo 1GP-4, do gabinete do deputado Edson Strapasson, a partir de 1º de setembro de 1999.

(Prot. nº 8586/99)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 374/99

I - exonerar, a pedido, JUAREZ LORENA VILLELA FILHO, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete da Liderança do Governo, a partir de 1º de setembro de 1999;

II - prover, TATIANE DELEIDE BARROS, para exercer o cargo em comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete da Liderança do Governo, a partir de 1º de setembro de 1999.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 17.09.99.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 379/99

I - prover, CESAR SEZEFREDO CORRÊA, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do gabinete do deputado Nelson Justus, a partir de 1º de setembro de 1999;

II - prover, SYLVIA SUELY MONTEIRO CORRÊA, para exercer o cargo em comissão, símbolo 1GP-5, do gabinete do deputado Nelson Justus, a partir de 1º de setembro de 1999.

III - prover, EDUARDO MONTEIRO CORRÊA, para exercer o cargo em comissão, símbolo 1GP-4, do gabinete do deputado Nelson Justus, a partir de 1º de outubro de 1999.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 380/99

I - exonerar, a pedido, ANA LÚCIA DA SILVEIRA ANDRETTA, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de assessora da Comissão de Constituição e Jus-

tiça, das Comissões Permanentes deste Poder, junto à Diretoria Legislativa, a partir de 1º de setembro de 1999;

II - prover, MARIA LÚCIA DA SILVEIRA ANDRETTA, para exercer o cargo em comissão, símbolo DAS-5, de assessora da Comissão de Constituição e Justiça, das Comissões Permanentes deste Poder, junto a Diretoria Legislativa, a partir de 1º de outubro de 1999, ficando a mesma autorizada a prestar serviço em Regime de tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 381/99

I - exonerar, a pedido, WENCESLAU VILHA JÚNIOR, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Marcos Isfer, a partir de 1º de outubro de 1999;

II - prover, JOSÉLIA DE FÁTIMA CHARELLO, para exercer o cargo em comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Marcos Isfer, a partir de 1º de outubro de 1999.

III - exonerar, a pedido, ISAAC SALES DA SILVA, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-4, do gabinete do deputado Marcos Isfer, a partir de 1º de outubro de 1999;

IV - prover, WENCESLAU VILHA JÚNIOR, para exercer o cargo em comissão, símbolo 1GP-4, do gabinete do deputado Marcos Isfer, a partir de 1º de outubro de 1999.

(Prot. nº 8716/99)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 382/99

I - exonerar, a pedido, MOISÉS DAGOBE MACHINSKI, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado ANTÔNIO CARLOS BARATTER, a partir de 1º de outubro de 1999;

II - prover, GISELE KRODEL RECH, para exercer o cargo em comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Antônio Carlos Baratter, a partir de 1º de outubro de 1999.

(Prot. nº 9000/99)

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.10.99.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 384/99

I - exonerar, a pedido, EFRAIN EDGARD DE MELLO, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-3, do gabinete da Liderança do PSL, a partir de 1º de outubro de 1999;

II - prover, IRACEMA GARCIA DOS SANTOS, para exercer o cargo em comissão, símbolo 1GP-3, do gabinete da Liderança do PSL, a partir de 1º de outubro de 1999.

(Prot. nº 9098/99)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 385/99

I - exonerar, a pedido, PAULO HENRIQUE DA SILVA LEME, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do Deputado Carlos Simões, a partir de 1º de setembro de 1999;

II - prover, ANTÔNIA KALUZNY, para exercer o cargo em comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Carlos Simões, a partir de 1º de setembro de 1999.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 05.10.99.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 386/99

I - exonerar, a pedido, ELIAS DE LIMA, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do gabinete do deputado Divanir Braz Palma, a partir de 1º de outubro de 1999;

II - prover, RUBENS JACINTO DA SILVA, para exercer o cargo em comissão, símbolo 1GP-5, do gabinete do deputado Divanir Braz Palma, a partir de 1º de setembro de 1999.

(Prot. nº 9147/99)

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 06.10.99.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 387/99

I - exonerar, a pedido SANDRO MARCELO ARRUDA, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-3, do gabinete do deputado Péricles de Holleben Mello, a partir de 1º de outubro de 1999;

I - prover, PABLO VALMOR ARRUDA PEREIRA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-3, do gabinete do deputado Péricles de Holleben Mello, a partir de 1º de outubro de 1999.

(Prot. nº 9271/99)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 388/99

I - exonerar, a pedido, MARA LÚCIA SCHRANK SCHIMINSKI, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-I, do gabinete do deputado Antonio Martins Anibelli, a partir de 1º de outubro de 1999;

II - prover, ELENICE SCHIMINSKI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Antonio Martins Annibelli, a partir de 1º de outubro de 1999.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 389/99

I - exonerar, a pedido, ROSELI MARIA GUI-LHEN, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Plauto Miró, a partir de 1º de outubro de 1999;

II - prover, ROSELI APARECIDA DE SOUZA VALÉRIO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete de deputado Plauto Miró, a partir de 1º de outubro de 1999;

III- exonerar, a pedido, JORDÂNIA RIBEIRO NAVARRO VERA, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete da Liderança do PFL, a partir de 1º de outubro de 1999;

IV - prover, JULIANE CAMPOS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete da Liderança do PFL, a partir de 1º de outubro de 1999.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 390/99

I - exonerar, a pedido, ELIANA PATRÍCIA MAGALHÃES SILVA PALMA, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete da 2ª Secretaria deste Poder, a partir de 1º de outubro de 1999;

II - prover, GERSON MEURER, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete da 2ª Secretaria deste Poder, a partir de 1º de outubro de 1999, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços em Regime de Tempo de Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cem (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1999;

III - exonerar, a pedido, GILBERTO BRAZ PALMA, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete da 2ª Secretaria deste Poder, a partir de 1º de outubro de 1999;

IV - prover, ELIZEU TEODORO DA SILVA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete da 2ª Secretaria deste Poder, a partir de 1º de outubro de 1999, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970;

V - exonerar, a pedido, FRANCILINE COLFERAI, do cargo em Comissão, símbolo 2GP-3, do gabinete da Liderança do PPB, a partir de 1º de outubro de 1999.

VI - prover, ALINE GOMES MEDEIROS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2GP-3, do gabinete da Liderança do PPB, a partir de 1º de outubro de 1999.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 391/99

I - exonerar, a pedido, ANTONIO JOSÉ REAL, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Ademar Luiz Traiano, a partir de 1º de outubro de 1999;

II - prover, NEDI MENDES MUCHA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Ademar Luiz Traiano, a partir de 1º de outubro de 1999;

III - exonerar, a pedido, EDUARDO DALLA MARIA, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-4, do gabinete da Liderança do PTB, a partir de 1º de outubro de 1999;

IV - prover, NAZARE DOS SANTOS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-4, do gabinete da Liderança do PTB, a partir de 1º de outubro de 1999.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 11.10.199.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 392/99

I - exonerar, a pedido, PETTERSON GOMES GONÇALVES, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-3, do Gabinete do deputado Tiago Novaes, a partir de 1º de outubro de 1999;

II - prover, SIDNEI BRUSCH, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-3, do gabinete do deputado Tiago Novaes, a partir de 1º de outubro de 1999.

(Prot. nº 9278/99).

Palácio Dezenove de Dezembro, em 13.10.1999.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 393/99

I - exonerar, a pedido, EDSON KLOKNER, do cargo em Comissão, 1GP-1, do Gabinete da Liderança do PPB, a partir de 1º de outubro de 1999;

II - prover, DENISE MARIA SCHEFER, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete da Liderança do PPB, a partir de 1º de outubro de 1999;

III - exonerar, a pedido JORGIVAL PINTO DE AGUIAR, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete da Liderança, do PPB, a partir de 1º de outubro de 1999;

IV - prover, MARIA MERCES CONGER, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete da Liderança do PPB, a partir de 1º de outubro de 1999;

V - exonerar, a pedido, JUCÉLIA PAVELICKI, do cargo em Comissão, símbolo 1GP- 5, do gabinete da Liderança do PPB, a partir de 1º de outubro de 1999;

VI - prover, JOSÉ LOURENÇO PINTO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do gabinete da Liderança do PPB, a partir de 1º de outubro de 1999;

VII - exonerar, a pedido FERNANDA RENAUD DE OLIVEIRA, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-2, do gabinete da Liderança do PPB, a partir de 1º de outubro de 1999.

VIII - prover, RODRIGO BERNINI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-2, do gabinete da Liderança do PPB, a partir de 1º de outubro de 1999.

(Prot. nº 9305 e 9440/99).

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 394/99

I - exonerar, a pedido VANDERLEI ANTONIO DOS SANTOS, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do gabinete da Liderança do Governo, a partir de 1º de outubro de 1999;

II - prover, CECÍLIA FAVARO WUNDERLICH, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do gabinete da Liderança do Governo, a partir de 1º de outubro de 1999.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 15.10.1999.
(Prot. nº 9490/99)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 395/99

I - exonerar, a pedido, IRACEMA PIEKARZEVICZ, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-4, do gabinete do deputado Sérgio Spada, a partir de 1º de setembro de 1999;

II - exonerar, TEREZINHA MARISA SPADA, para exercer o cargo em comissão, símbolo 1GP-5, do gabinete do deputado Sérgio Spada, a partir de 1º de setembro de 1999.

III - prover, TEREZINHA MARISA SPADA, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-4, do gabinete do deputado Sérgio Spada, a partir de 1º de setembro de 1999;

IV - prover, PAULO RÚBIO, para exercer o cargo em comissão, símbolo 1GP-5, do gabinete do deputado Sérgio Spada, a partir de 1º de outubro de 1999.
(Prot. nº 9492/99)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 396/99

I - exonerar, a pedido, FRANCISCA APARECIDA RODRIGUES PEREIRA, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-3, do gabinete do deputado Antonio Carlos Baratter, a partir de 1º de outubro de 1999;

II - prover, NELSON MARGUENROTE DE MEIRA, para exercer o cargo em comissão, símbolo 1GP-3, do gabinete do deputado Antônio Carlos Baratter, a partir de 1º de outubro de 1999.
(Prot. nº 9493/99)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 397/99

I - exonerar, a pedido, OTTO LUIZ HOLZKAMP FLORENTINO, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-3, do gabinete do deputado Marcos Isfer, a partir de 1º de outubro de 1999;

II - prover, FLORENTINA FERRARI, para exercer o cargo em comissão, símbolo 1GP-3, do gabinete do deputado Marcos Isfer, a partir de 1º de outubro de 1999.
(Prot. nº 9503/99)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 398/99

I - exonerar, a pedido, SEBASTIÃO PALMA, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete da 2ª Secretaria deste Poder, a partir de 1º de outubro de 1999;

II - prover, SEBASTIÃO PALMA, para exercer o cargo em comissão, símbolo DAS-5, do gabinete da Liderança do PST, a partir de 1º de outubro de 1999;

III - prover, os funcionários abaixo relacionados, para exercerem cargos em Comissão, junto ao Gabinete da Liderança do PST, a partir de 1º de setembro de 1999, conforme especifica:

1GP-5: ELIANA PATRÍCIA MAGALHÃES SILVA PALMA

1GP-4: GILBERTO BRAZ PALMA

1GP-3: TEREZA PICOLI

1GP-2: CLERIOVALDO RIBEIRO CALEFI

1GP-2: LEANDRO SCANFERLA

1GP-1: LUIZA GUERRA SCANFERLA

1GP-1: EDSON KLOKNER

(Prot. nº 9545/99)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 18.10.99

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 399/99

prover, LUCIANA SITTA UE, para exercer o cargo em comissão, símbolo DAS-2, do gabinete do deputado Antônio Carlos Belinati, a partir de 1º de agosto de 1999, ficando a mesma autorizada a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o art. 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970.

(Prot. nº 9566/99)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 402/99

I - prover, MARCUS LAÉRCIO MOREIRA PAES, do cargo em Comissão, símbolo DAS-2, do gabinete do deputado Albanor Gomes, a partir de 1º de outubro de 1999, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970;

II - prover, MAURÍCIO BLASCZAK, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete do deputado Albanor Gomes, a partir de 1º de setembro de 1999, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970;

III - prover, os funcionários abaixo relacionados, para exercer o cargo em comissão, junto ao gabinete do deputado Albanor Gomes, a partir de 1º de outubro de 1999, conforme especifica:

1GP-5: MAELICE GONÇALVES DAVANSO

1GP-5: EDVINO KAMPA

1GP-5: ROSILDA HALINSKI KAMPA

1GP-4: OSVALDO DAVANSO

1GP-4: ANDERZA MARIA EHLKE GOMES

2GP-3: MARILIS GONÇALVES DAVANSO

2GP-2: ZULEIDE DO NASCIMENTO DOS SANTOS

2GP-1: GERSON ANTÔNIO FIGUEL
2GP-1: LUIZ ANTÔNIO ZAWELINSKI
(Prot. nº 9567/99)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 403/99

I - exonerar, a pedido, MARILISA BELIDO SEGOVIA, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete da Liderança do PSC, a partir de 1º de outubro de 1999;

II - prover, EDILA CRISTIANE DA SILVA DE OLIVEIRA, para exercer o cargo em comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete da Liderança do PSC, a partir de 1º de outubro de 1999.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 19.10.99.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA 404/99

prover, DINIZ ABADE, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de Coordenador Adjunto da Coordenação de Assessoramento Técnico, da Diretoria Legislativa, a partir de 1º de outubro de 1999, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o artigo 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA 405/99

I - prover, HILDA SILVEIRA MULLER, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete da 1ª Secretaria deste Poder, a partir de 1º de outubro de 1999, ficando a mesma autorizada a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o artigo 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970.

II - prover, MARTA GONÇALVES FERREIRA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete da 1ª Secretaria deste Poder, a partir de 1º de outubro de 1999, ficando a mesma autorizada a prestar serviços em regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o artigo 177, da Lei 6.174, de 16 de novembro de 1970;

III - prover, LEANDRO PIERIN BORGES DA SILVEIRA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete da 1ª Secretaria deste Poder, a partir de 1º de outubro de 1999.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 406/99

I - prover, DOÁTICO ALCIDES ALVES DOS SANTOS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete da 1ª vice-Presidência deste Poder, a partir de 1º de outubro de 1999;

II - prover, LUIZ SILVESTRE ORTIZ, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete da 1ª vice-Presidência deste Poder, a partir de 1º de outubro de 1999.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 407/99

I - exonerar, a pedido, MARIA DE LOURDES TAVERNA BETINARDI, do cargo em Comissão, símbolo 2GP-1, do gabinete do deputado Beraldin, a partir de 1º de outubro de 1999;

II - prover, ELIANE ANDRES TÚLIO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Beraldin, a partir de 1º de outubro de 1999;

III - prover, NATÁLIA NUNEZ, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Beraldin, a partir de 1º de outubro de 1999;

IV- exonerar, a pedido, MARIA ELIZABETE BETINARDI GUELENO, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Beraldin, a partir de 1º de outubro de 1999;

VI - prover, ADRIANA PEREIRA MARTINS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Beraldin, a partir de 1º de outubro de 1999;

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 408/99

I - exonerar, a pedido, JAIME LUIZ PELOW, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Nelson Justus, a partir de 1º de outubro de 1999;

II - prover, MÔNICA SNOLKA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Nelson Justus, a partir de 1º de outubro de 1999;

III - exonerar, a pedido, LORENA MARIA CAMARGO PELOW, do cargo em Comissão, símbolo 6-C, junto à Administração deste Poder, a partir de 1º de outubro de 1999;

IV - prover, FABIANA FÁTIMA PELOW, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 6-C, junto à Administração deste Poder, a partir de 1º de outubro de 1999, ficando a mesma autorizada a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o artigo 177, da Lei 6.174, de 16 de novembro de 1970;

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 20.10.99.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 409/99

I - prover, MARIA LEONO FERREIRA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2GP-1, do gabinete da Presidência deste Poder, a partir de 1º de outubro de 1999;

II - prover, MILTON IVAN HELLER, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2GP-1, do gabinete da Presidência deste Poder, a partir de 1º de novembro de 1999;

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 410/99

I - exonerar, a pedido, REGEMAR GERALDO CARNEIRO SANTOS, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do gabinete do deputado Luiz Carlos Zuk, a partir de 1º de novembro de 1999;

II - prover, HELENA QUERUBINA BEZARRA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do gabinete do deputado Luiz Carlos Zuk, a partir de 1º de novembro de 1999.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 411/99

I - prover, SÔNIA MARIA RAUSIS, para exercer o cargo em Comissão símbolo 1GP-1, da Administração deste Poder, a partir de 1º de outubro de 1999;

II - prover, MARCELO JOSÉ ZERBETO ASSIS, para exercer o cargo em Comissão símbolo 1GP-5 do gabinete da Administração deste Poder, a partir de 1º de outubro de 1999;

III - exonerar, a pedido, NEILSON RODRIGUES, do cargo em para exercer o cargo em Comissão símbolo DAS-4, Coordenador da Coordenadoria de Manutenção e Transportes, da Diretoria Administrativa, a partir de 1º de outubro de 1999;

IV - prover, NEILSON RODRIGUES, para exercer o cargo em Comissão símbolo DAS-4, da Administração deste Poder, a partir de 1º de novembro de 1999;

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 412/99

I - exonerar, a pedido, IRACILDA DE OLIVEIRA COSTA, do cargo em Comissão, símbolo 2GP-1, do gabinete do deputado Moysés Leônidas, a partir de 1º de novembro de 1999;

II - prover, IRACILDA DE OLIVEIRA COSTA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Moysés Leônidas, a partir de 1º de novembro de 1999;

III - exonerar, a pedido, CÁSSIA REGINA MATSUNAGA, do cargo em Comissão, símbolo 2GP-2, do gabinete do deputado Moysés Leônidas, a partir de 1º de novembro de 1999;

IV - prover, CÁSSIA REGINA MATSUNAGA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-2, do gabinete do deputado Moysés Leônidas, a partir de 1º de novembro de 1999;

V - prover, RUBENS BARRICHELO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-2, do gabinete do deputado Moysés Leônidas, a partir de 1º de novembro de 1999;

VI - prover, JOSÉ WILSON DE SOUZA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabi-

nete do deputado Moysés Leônidas, a partir de 1º de novembro de 1999;

VII - exonerar, a pedido, PAULA CRISTINA DIAS, do cargo em Comissão, símbolo 2GP-5, do gabinete do deputado Moysés Leônidas, a partir de 1º de novembro de 1999;

VIII - prover, PAULA CRISTINA DIAS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do Gabinete do Deputado Moysés Leônidas, a partir de 1º de novembro de 1999;

IX - prover, RENÉ MITIO OGATA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do gabinete do deputado Moysés Leônidas, a partir de 1º de novembro de 1999.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 413/99

prover, ERON ABBoud, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete da 1ª Secretaria deste Poder, a partir de 1º de novembro de 1999.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.11.99.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 414/99

I - exonerar, a pedido, MAURI CHAVES DE LIMA, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-2, do gabinete da Liderança do PT, a partir de 1º de novembro de 1999;

II - prover, ROBINSON MAHLKE, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-2, do gabinete da Liderança do PT, a partir de 1º de novembro de 1999.

(Prot. nº 10.252/99)

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 08.11.99.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 415/99

I - exonerar, a pedido, LOURIVAL LOURENÇO FILHO, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Tony Garcia, a partir de 1º de novembro de 1999;

II - prover, FABIANE CORRÊA NADER, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Tony Garcia, a partir de 1º de novembro de 1999.

(Prot. nº 10.328/99)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 416/99

exonerar, a pedido, ELAINE MELO, do cargo em Comissão, símbolo DAS-4, de Administradora do Patrimônio Imóvel da ALEP, da Diretoria Administrativa, a partir de 1º de novembro de 1999.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 417/99

prover, RICARDO CARVALHO CORRÊA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-4, do gabinete do

deputado Ângelo Vanhoni, a partir de 1º de novembro de 1999.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 418/99

I - prover, MARIA ISABEL MOTTA DA SILVA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Caíto Quintana, a partir de 1º de novembro de 1999;

II - prover, LÚCIA APARECIDA BARBOZA DA SILVA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Caíto Quintana, a partir de 1º de novembro de 1999.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 09.11.99.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 424/99

I - exonerar, a pedido, PAULO ROBERTO HOFFMANN, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Elio Rusch, a partir de 1º de novembro de 1999;

II - prover, PAULO ROBERTO HOFFMANN, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2GP-1, do gabinete do deputado Elio Lino Rusch, a partir de 1º de novembro de 1999.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 10.11.99.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 425/99

I - exonerar, a pedido, ZULEIDE DO NASCIMENTO DOS SANTOS, do cargo em Comissão, símbolo 2GP-2, do gabinete do deputado ALBANOR GOMES, a partir de 1º de novembro de 1999;

II - prover, ZULEIDE DO NASCIMENTO DOS SANTOS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-2, do gabinete do deputado Albanor Gomes, a partir de 1º de novembro de 1999;

III - prover, GERSON LUIZ MARTINS AMARAL, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-2, do gabinete do deputado Albanor Gomes, a partir de 1º de novembro de 1999.

(Prot. nº 10.463 e 10.464/99)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 426/99

prover, DORIANA CRISTIANA GAIO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2GP-1, do gabinete do deputado Basílio Zanusso, a partir de 1º de outubro de 1999.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 11.11.99.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 427/99

I - exonerar, a pedido, HERMES CARAZZAI FONSECA, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Hermes Fonseca, a partir de 1º de novembro de 1999;

II - prover, HERMES CARAZZAI FONSECA, para exercer o cargo em comissão, símbolo 1GP-5, do gabinete do deputado Hermes Fonseca, a partir de 1º de novembro de 1999.

III - prover, EMERSON CARAZZAI FONSECA, para exercer o cargo em comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Hermes Fonseca, a partir de 1º de novembro de 1999.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 428/99

I - exonerar, a pedido, MARLI VELOSO DE OLIVEIRA, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete da Liderança do PSC, a partir de 1º de novembro de 1999;

II - exonerar, a pedido, JOÃO EVANGELISTA GUIMARÃES NETO, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Chico Noroeste, a partir de 1º de novembro de 1999;

III - prover, MARLI VELOSO DE OLIVEIRA, para exercer o cargo em comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Chico Noroeste, a partir de 1º de novembro de 1999.

IV - prover, JOÃO EVANGELISTA GUIMARÃES NETO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete da Liderança do PSC, a partir de 1º de novembro de 1999, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%), sobre seu vencimento básico, de acordo com o artigo 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 429/99

I - exonerar, a pedido, ELIZABETE RODRIGUES SIMÕES, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do gabinete do deputado José Maria Ferreira, a partir de 1º de novembro de 1999;

II - exonerar, a pedido, VICENTE DE PAULO PALHARES FILHO, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-3, do gabinete do deputado José Maria Ferreira, a partir de 1º de novembro de 1999;

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 430/99

I - prover, LAURECIR JOSÉ WANDOSKI, para exercer o cargo em comissão, símbolo DAS-5, do gabinete da liderança de Oposição, a partir de 1º de novembro de 1999, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o artigo 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970;

II - prover, VANDERLEI FERREIRA DOS SANTOS, para exercer o cargo em comissão, símbolo DAS-5, do gabinete da liderança de Oposição, a partir de 1º de

novembro de 1999, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o artigo 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970;

III - prover os funcionários abaixo relacionados, para exercerem cargos em comissão, junto ao gabinete da Liderança de Oposição, a partir de 1º de novembro de 1999, conforme especifica:

2GP-5: RADAMERIS DO ESPÍRITO SANTO
SAÍDE

1GP-5: JOÃO PAULO ADAMI

2 GP-4: VITÓRIO CZAICA

2 GP-3: CILENE DA SILVA

2 GP-2: CAROLINA RODRIGUES DOS SANTOS

2GP-1: APARECIDA SIMARIA DA SILVA

2 GP-1: LÍGIA ROSALINSKI MORAES

(Prot. nº 10693/99)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 431/99

prover, ANATÁCIO ASSIS CORRÊA, para exercer o cargo em comissão, símbolo DAS-5, junto ao gabinete da 3ª Secretaria deste Poder, a partir de 1º de novembro de 1999, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 432/99

I - prover, ELENI PEREIRA DA SILVA SANTANA, para exercer o cargo em comissão, símbolo DAS-5, junto ao gabinete da Liderança do PST, a partir de 1º de novembro de 1999, ficando a mesma autorizada a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970;

II - exonerar, a pedido, RUMILDO DE MATOS LIMA, do cargo em Comissão, símbolo 2GP-5, do gabinete do deputado Hidekazu Takayama, a partir de 1º de novembro de 1999;

III - prover, MELISSA GUERRA PRESTES, para exercer o cargo em comissão, símbolo 1GP-5, do gabinete do deputado Hidekazu Takayama, a partir de 1º de novembro de 1999;

IV - prover, MARCELO PRESTES, para exercer o cargo em comissão, símbolo 1GP-5, do gabinete do deputado Hidekazu Takayama, a partir de 1º de novembro de 1999;

II - exonerar, a pedido, WILSON ROBERTO SANTANA, do cargo em Comissão, símbolo 2GP-2, do

gabinete do deputado Hidekazu Takayama, a partir de 1º de novembro de 1999;

VI - prover, WILSON ROBERTO SANTANA, para exercer o cargo em comissão, símbolo 1GP-2, do gabinete do deputado Hidekazu Takayama, a partir de 1º de novembro de 1999;

VII - prover, RUTE LAZARINO ANTUNES, para exercer o cargo em comissão, símbolo 1GP-2, do gabinete do deputado Hidekazu Takayama, a partir de 1º de novembro de 1999;

VIII - prover, HÉRCULES CARVALHO DENOBI, para exercer o cargo em comissão, símbolo 1GP-4, do gabinete do deputado Hidekazu Takayama, a partir de 1º de novembro de 1999;

IX - prover, JOEL MARIANA DA SILVA, para exercer o cargo em comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Hidekazu Takayama, a partir de 1º de novembro de 1999;

X - prover, JONAS MARIANO DA SILVA, para exercer o cargo em comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Hidekazu Takayama, a partir de 1º de novembro de 1999;

XI - prover, JORDÂNIA RIBEIRO NAVARRO VERA, para exercer o cargo em comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete da Liderança do PST, a partir de 1º de setembro de 1999;

XII - prover, RUMILDO MATOS DE LIMA, para exercer o cargo em comissão, símbolo 1GP-5, do gabinete da Liderança do PST, a partir de 1º de setembro de 1999;

XIII - prover, CARLOS ADALBERTO TIRANDELLI JÚNIOR, para exercer o cargo em comissão, símbolo 1GP-5, do gabinete da Liderança do PST, a partir de 1º de setembro de 1999;

XIV - prover, ELIANE PAGANI ACIOLI DENOBI, para exercer o cargo em comissão, símbolo 1GP-4, do gabinete da Liderança do PST, a partir de 1º de setembro de 1999;

XV - prover, MOISÉS SILVA DE MENESES, para exercer o cargo em comissão, símbolo 1GP-3, do gabinete da Liderança do PST, a partir de 1º de setembro de 1999;

XVI - prover, ROZELI SANTOS FONTOURA, para exercer o cargo em comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete da Liderança do PST, a partir de 1º de setembro de 1999;

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 433/99

prover, VANESSA REGINA ZUFFO, para exercer o cargo em comissão, símbolo DAS-5, de coordenadora da Coordenadoria de Manutenção e Transporte, da Diretoria Administrativa, a partir de 1º de outubro de 1999, ficando a mesma autorizada a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo

com o Art. 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970;

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 434/99

I - prover, os funcionários abaixo relacionados, para exercer o cargo em comissão, junto ao gabinete do deputado Geraldo Cartário, a partir de 1º de outubro de 1999, conforme especifica:

2GP-5: PAULO EMÍLIO COUTINHO

2GP-5: EDAIR DA ROCHA

2GP-5: MARLUCE MARCELINO PECCIN

2GP-5: LEONICE PEREIRA FAUSTO

II - prover, os funcionários abaixo relacionados, para exercer o cargo em comissão, junto ao gabinete do deputado Miltinho Puppino, a partir de 1º de outubro de 1999, conforme especifica:

2GP-5: SÉRGIO PAVEZI

2GP-5: HUMBERTO BOTTI DE CASTRO

2GP-5: MARLETE APARECIDA GENEROSO

2GP-5: JOÃO CARLOS SISNER

III - prover, os funcionários abaixo relacionados, para exercer o cargo em comissão, junto ao gabinete do deputado Beraldin, a partir de 1º de outubro de 1999, conforme especifica:

2GP-5: KARINA DE FÁTIMA PINTO

2GP-5: RONALDO PEREIRA COSTA

2GP-5: MARIA DE LURDES TAVERNA BETI-NARDI

2GP-5: ELAINE REGINA KARSTEN

IV - prover, os funcionários abaixo relacionados, para exercer o cargo em comissão, junto ao gabinete do deputado Cezar Silvestri, a partir de 1º de outubro de 1999, conforme especifica:

2GP-5: MARISE SANCHE NEITZKE

2GP-5: ERONILDA PEDROSO DOS SANTOS

2GP-5: SILMARA FRANZONI WAGNER

2GP-5: LUCIMARA DE OLIVEIRA

V - prover, os funcionários abaixo relacionados, para exercer o cargo em comissão, junto ao gabinete do deputado Tiago Novaes, a partir de 1º de outubro de 1999, conforme especifica:

1GP-4: JORGIVAL PINTO DE AGUIAR

1GP-4: JUCÉLIA PAVELICKI

1GP-4: FERNANDA RENAUD DE OLIVERA

VI - prover, os funcionários abaixo relacionados, para exercer o cargo em comissão, junto ao gabinete do deputado Algaci Tulio, a partir de 1º de outubro de 1999, conforme especifica:

1GP-4: MÁRCIA VALÉRIA DE AZEVEDO

1GP-4: JULIE JANOSKI

1GP-4: GRAÇA MARIA LIBERATO MARINHO

VII - prover, os funcionários abaixo relacionados, para exercer o cargo em comissão, junto ao gabinete do deputado Luiz Carlos Martins, a partir de 1º de outubro de 1999, conforme especifica:

2GP-5: ROSALANE SILVA DA COSTA

2GP-5: ROSÁLIA DOS SANTOS

2GP-5: CACILDA MARIA BORGES

2GP-5: DANIEL FONSECA JÚNIOR

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 435/99

I - prover, JURACI PEREIRA VERNICK, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2GP-1, do gabinete do deputado Antonio Martins Anibelli, a partir de 1º de outubro de 1999.

II - prover, RONALDO SANCHER CANDREVA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Waldyr Pugliesi, a partir de 1º de outubro de 1999;

III - prover, LEONI ARRUDA MILANI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Waldyr Pugliesi, a partir de 1º de outubro de 1999;

IV - prover, os funcionários abaixo relacionados, para exercerem cargos em Comissão, junto ao gabinete do deputado Caíto Quintana, a partir de 1º de outubro de 1999, conforme especifica:

1GP-1 - MARLI TEREZINA ROSSI

1GP1 - CEZAR LAGINSKI

1GP-1 - CLETO MAZOCCO

1GP-1 - VALDIR AUGUSTO DOMINGOS BELO

V - prover, JÚNIOR EMERSON ZARUR, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Ademir Bier, a partir de 1º de outubro de 1999;

VI - prover, FERNANDA FABIÓLA BIER, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Ademir Bier, a partir de 1º de outubro de 1999;

VII - prover, MARIA LEMES DA SILVA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP1, do gabinete do deputado Edson Luiz Strapasson, a partir de 1º de outubro de 1999;

VIII - prover, ADRIANO FAGUNDES, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Edson Luiz Strapasson, a partir de 1º de outubro de 1999.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 17.11.1999.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

HERMAS BRANDÃO - 1º Secretário

AUGUSTINHO ZUCCHI - 2º Secretário

Ata de Comissão:

COMISSÃO DE REDAÇÃO

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 14ª LEGISLATURA

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos treze dias do mês de março do ano de dois mil e um, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a

Comissão de Redação, sob a presidência do deputado Algaci Tulio. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, quando o deputado Antonio Belinati, apresentou redação final aos seguintes Projetos 030/99, 200, 294, 372, 395, 397, 407, 409, 410 e 415/00, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o

senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sottomaior Maruska Sotto Maior, secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) ALGACI TULIO - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária